

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

POLIANA DONDOSSOLA WARMLING

**UMA ABORDAGEM GERAL SOBRE O ESOCIAL: UM ESTUDO COM
EMPREGADORES DO SETOR METAL-MECÂNICO DO DISTRITO DE
CARAVÁGGIO – MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA – SC**

CRICIÚMA

2016

POLIANA DONDOSSOLA WARMLING

**UMA ABORDAGEM GERAL SOBRE O ESOCIAL: UM ESTUDO COM
EMPREGADORES DO SETOR METAL-MECÂNICO DO DISTRITO DE
CARAVÁGGIO – MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA – SC**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Mestre Adilson Pagani Ramos

CRICIÚMA

2016

POLIANA DONDOSSOLA WARMLING

**UMA ABORDAGEM GERAL SOBRE O ESOCIAL: UM ESTUDO COM
EMPREGADORES DO SETOR METAL-MECÂNICO DO DISTRITO DE
CARAVÁGGIO – MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA – SC**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Formação e Exercício Profissional.

Criciúma, 27 de Julho de 2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Mestre Adilson Pagani Ramos - Orientador

Prof. Especialista Jonas Scremin Brolese - Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, por me proporcionar nesta caminhada muita fé e perseverança.

Aos meus pais Gilmar e Marilete serei eternamente grata, por nunca medirem esforços para realizar os meus sonhos, sempre me apoiando.

A minha irmã Emanuela, que me acompanhou em todos esses anos com muito amor e carinho.

Ao meu namorado Rafael, por ser tão presente na minha vida nos momentos bons e ruins.

Ao meu orientador Adilson Pagani Ramos, pela alegria motivadora e pela constante orientação e dedicação, proporcionando sempre o suporte necessário para confecção deste trabalho.

Aos demais professores e a família Contábeis, pelos conhecimentos e momentos de descontração durante esta jornada.

A minha amiga Mônica de Almeida e demais colegas de faculdade, pelos momentos alegres e inesquecíveis que passamos juntos, e por me fazerem crescer e aprender junto com vocês.

Enfim, muito obrigada a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para esta conquista.

“O sucesso é uma consequência e não um objetivo”

Gustave Flaubert

RESUMO

WARMLING, Poliana Dondossola. **Uma abordagem geral sobre o eSocial: um estudo com empregadores do setor metal-mecânico do distrito de Caravággio – município de Nova Veneza - SC.** Orientador: Prof. Mestre Adilson Pagani Ramos. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, Criciúma.

Diante da modernização dos sistemas da informação o governo está implantando um processo de escrituração fiscal digital, chamado SPED, onde visa facilitar e simplificar a coleta das informações das instituições. Dentre todos os projetos que fazem parte do SPED pode-se dizer que o mais atual é a escrituração fiscal digital social – eSocial. O eSocial tratará dos dados relacionados as informações trabalhistas e previdenciárias das instituições a fim de unificar os dados para os órgãos públicos, tais como: Caixa Econômica Federal, Instituto Nacional do Seguro Social, Ministério da Previdência Social, Ministério do Trabalho e Emprego e Receita Federal do Brasil. Com a nova obrigação o governo pretende substituir alguns informativos já existentes como: GFIP, RAIS, CAGED, DIRF, entre outras. Frente a essa inovação o intuito deste trabalho é realizar uma abordagem geral sobre o eSocial demonstrando a opinião dos empregadores do setor metal-mecânico do distrito de Caravággio localizado no município de Nova Veneza - SC. Para realização do trabalho foram utilizadas pesquisas sobre sistemas de informação, legislação, informações trabalhistas e alguns dados do município onde a pesquisa foi desenvolvida. Como se trata de uma metodologia descritiva e exploratória o diagnóstico desta pesquisa foi realizado por meio de um questionário, a fim de buscar informações e dados para análise da opinião dos empregadores frente a mudança do eSocial. Com os dados obtidos com o questionário foi possível constatar como os empregadores estão se preparando e quais são as dúvidas para adequação ao novo informativo.

Palavras-chave: SPED. eSocial. Escrituração fiscal digital social. Sistema contábil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 - Universo Sped..... | 19 |
| Figura 2 – Substituição de informativos | 28 |
| Gráfico 1 – Gênero dos participantes..... | 38 |
| Gráfico 2 – Formação dos participantes..... | 38 |
| Gráfico 3 – Experiência dos participantes | 39 |
| Gráfico 4 – Funções dos participantes | 40 |
| Gráfico 5 – Número de empregados | 40 |
| Gráfico 6 – Interação frente ao eSocial | 41 |
| Gráfico 7 – Meios de pesquisas utilizados | 42 |
| Gráfico 8 – Horas utilizadas em pesquisa | 42 |
| Gráfico 9 – Despesas com o eSocial versus faturamento..... | 43 |
| Gráfico 10 – Objetivo do governo..... | 44 |
| Gráfico 11 – Preparação dos participantes | 44 |
| Gráfico 12 – Facilidade do eSocial..... | 45 |
| Gráfico 13 – Contratação de mais profissionais..... | 46 |
| Gráfico 14 – Simplificação do eSocial | 46 |
| Gráfico 15 – Dificuldades | 47 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|----------------------------------------------|----|
| Quadro 1 – Cronograma pré-esocial | 23 |
| Quadro 2 – Tipos de tabelas do eSocial | 29 |
| Quadro 3 – Prazos de implantação | 34 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CSLL – Contribuição Social para Lucro Líquido
CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social
DIRF – Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte
ECD – Escrituração Contábil Digital
ECF – Escrituração Contábil Fiscal
EFD – Escrituração Fiscal Digital
ESOCIAL – Escrituração Fiscal Digital Social
FCONT – Controle Fiscal Contábil de Transição
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS
GPS – Guia da Previdência Social
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICP – Conectividade Social de Chaves Públicas
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPJ – Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real
MANAD – Manual Normativo de Arquivos Digitais
MEI – Microempreendedor Individual
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PIS/PASEP - Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário
PVA – Programa Validador e Assinador
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
SPED - Sistema Público de Escrituração Digital
TRCT - Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho

SUMÁRIO

| | |
|------------------------------------------------------------------|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO DE PESQUISA | 11 |
| 1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA | 12 |
| 1.3 JUSTIFICATIVA | 12 |
| 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 14 |
| 2.1 PROCESSOS DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL E TRIBUTÁRIO.14 | |
| 2.1.1 Sistemas de informação contábil | 15 |
| 2.2 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL – SPED | 16 |
| 2.2.1 Histórico | 16 |
| 2.2.2 Conceitos e objetivos | 17 |
| 2.2.3 Projetos Sped | 18 |
| 2.2.3.1 Sped contábil..... | 19 |
| 2.2.3.2 Sped fiscal..... | 20 |
| 2.2.3.3 EFD Contribuições | 21 |
| 2.2.3.4 ECF Fiscal..... | 21 |
| 2.3 ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL SOCIAL – ESOCIAL | 22 |
| 2.3.1 Procedimentos operacionais atuais pré-eSocial | 22 |
| 2.3.2 Conceitos | 25 |
| 2.3.3 Objetivos, vantagens e desvantagens | 25 |
| 2.3.4 Empregadores sujeitos ao eSocial | 27 |
| 2.3.5 Substituição dos informativos | 27 |
| 2.4 PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS E LEIAUTES DO ESOCIAL | 28 |
| 2.4.1 Tabelas do eSocial empregador | 29 |
| 2.4.2 Tabelas iniciais | 30 |
| 2.4.3 Eventos tabelas | 30 |
| 2.4.4 Eventos não-periódicos | 31 |
| 2.4.5 Eventos periódicos | 33 |
| 2.5 PRAZOS DE IMPLANTAÇÃO DO ESOCIAL | 34 |
| 3 METODOLOGIA | 34 |
| 3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO..... | 35 |
| 3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS..... | 36 |
| 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS | 37 |

| | |
|--------------------------------------------------------------|-----------|
| 4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA..... | 37 |
| 4.2 AMOSTRA DA POPULAÇÃO | 37 |
| 4.3 ANÁLISES DOS DADOS | 37 |
| 4.4 ANÁLISE GERAL DA PESQUISA..... | 48 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 49 |
| REFERÊNCIAS..... | 51 |
| APÊNDICE..... | 54 |
| APÊNDICE A – QUESTIONÁRIOS APLICADO NA PESQUISA | 55 |

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo será definido o tema e o problema abordado nesta pesquisa, que tem como foco demonstrar a opinião dos empregadores sobre a escrituração fiscal digital social.

Será apresentado o objetivo geral e os específicos, considerados direcionadores deste estudo. Após, apresenta-se a justificativa na qual se explica os motivos da escolha do tema. E por último, têm-se os procedimentos metodológicos norteadores deste trabalho.

1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO DE PESQUISA

Foi publicado em 11 de dezembro de 2014 o Decreto nº 8.373 que institui o eSocial como instrumento de unificação da prestação das informações referente a escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, que padroniza sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição, constituindo Ambiente Nacional (BRASIL, 2014g).

De acordo com Pacheco Filho e Kruger (2015) atualmente as informações trabalhistas e previdenciárias são prestadas em declarações diversas, mensais e anuais, sem nenhum intercâmbio entre si, algumas delas persistem ainda em papel, por exemplo, a Carteira de Trabalho de Previdência Social – CTPS.

Conforme Oliveira (2014, p. 8) o objetivo do eSocial:

Viabilizar a garantia de direitos previdenciários e trabalhistas aos trabalhadores, bem como simplificar o cumprimento das obrigações por parte dos empregadores e aprimorar a qualidade de informações das relações de trabalho, previdenciárias e fiscais. Sendo assim a prestação das informações ao eSocial substituirá a entrega das mesmas informações em tantos outros formulários e declarações.

Nesta época de globalização o conhecimento e a tecnologia andam de mãos dadas com a produtividade. Isto porque a crescente complexidade das tarefas criou a necessidade de que as pessoas fossem em si uma fonte de iniciativa e se transformassem em distribuidoras e avaliadoras das invenções e do conhecimento. A tecnologia hoje se tornou mais flexível graças ao surgimento das telecomunicações (C.GURGE; OLIVEIRA, 2004).

Há uma grande preocupação com a preparação dos empresários, visto que o Decreto 8.373/2014 não exclui nenhuma empresa do cumprimento das obrigações. Segundo Guimarães (2015) a atividade de fiscalização realizada a partir de meios informatizados é muito mais rápida, podendo aumentar o risco de fiscalização e autuação dos empregadores.

Portanto, se por um lado é justificável a preocupação com as dificuldades que poderão encontrar os empresários no atendimento das exigências, por outro, não se pode desprezar que a legislação trabalhista básica é única e igual a todos os trabalhadores (GUIMARÃES, 2015).

Nesse contexto, a questão de pesquisa para o estudo é: Na opinião dos empregadores do setor metal-mecânico do distrito de Caravággio quais serão as implicações e benefícios do eSocial?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral deste estudo é conhecer a opinião dos empregadores sobre as implicações e benefícios que a implantação da escrituração fiscal digital social poderá ocasionar na rotina da sua empresa.

Para atingir o objetivo geral, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- Conhecer os objetivos do eSocial;
- Identificar as modificações nos procedimentos das organizações em relação ao departamento pessoal;
- Verificar quais são as dificuldades de acesso às informações desta nova ferramenta;
- Constatar se os empregadores se julgam preparados para esta mudança;

1.3 JUSTIFICATIVA

Os avanços tecnológicos nos meios de sistemas da informação possibilitou o desenvolvimento dos elementos de escrituração fiscal digital do governo – Sped. O Sped atualmente já está presente no dia a dia das organizações como, por exemplo, nota fiscal eletrônica, escrituração contábil digital e escrituração

fiscal digital. Neste mesmo contexto, surge uma nova etapa no processo de padronização das informações voltada para área trabalhista, o chamado eSocial.

Como todo o universo de empregadores do país estará sujeito ao eSocial, desde o micro empreendedor individual até as grandes instituições, pode-se dizer que esta nova ferramenta traz a oportunidade para que os empregadores modernizem seus processos de controles internos, porém em contrapartida ainda existem muitas dúvidas e receio frente a esta mudança.

Abrindo espaço para discussão de um tema atual na esfera dos setores trabalhistas do Brasil, o presente trabalho retrata um assunto novo que ainda é pouco explorado e de escassa literatura. As dúvidas são frequentes e com pouco material de consulta, portanto se pretende relatar a opinião dos empregadores atuantes no setor metal-mecânico do distrito de Caravaggio localizado no município de Nova Veneza, quais serão as implicações e benefícios da implantação da escrituração fiscal digital social.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo serão apresentados os assuntos relevantes encontrados na literatura que foram utilizados como fonte de pesquisa para o desenvolvimento deste trabalho, apresentados por autores sobre o tema “Escrituração fiscal digital social” bem como o surgimento dos sistemas da informação contábil e seu desenvolvimento até os dias atuais.

2.1 PROCESSOS DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL E TRIBUTÁRIO

A informação em si é um importante instrumento de comunicação entre diversos usuários, neste sentido com o passar dos anos surgiu à necessidade por parte dos mesmos de criar um sistema para agrupar tais informações de forma a proporcionar rápida consulta se desejado.

Segundo Padoveze (1997) o sistema é um complexo de elementos em interação. É um conjunto de elementos interdependentes, ou um todo organizado, ou partes interagem formando um todo unitário e complexo.

Já na visão de Gil (1992) os sistemas de informações compreendem um conjunto de recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros agregados segundo uma sequência lógica para o processamento de dados e a correspondente tradução em informação.

Conforme Stair (1998) afirma que sistemas de informação é um conjunto de elementos ou componentes que interagem para se atingir objetivos. Os próprios elementos e as relações entre eles determinam como o sistema trabalha. Os sistemas têm entradas, mecanismos de processamento e saídas.

Padoveze, Gil e Stair concordam que para constituir-se um sistema deverá existir uma conexão das informações onde o resultado de um todo poderá ser analisado de forma unificada pelos usuários.

Sobre os componentes importantes para formação de um sistema de informação Oliveira (2000, p. 21) expõe:

- Os objetivos, tanto do sistema quanto dos usuários do sistema;
- As entradas do sistema, que podem ser materiais, informações, energia;
- O processo de transformação do sistema, que possibilita a transformação das entradas e saídas;

- As saídas do sistema, que é o objetivo do processo de transformação e devem ser coerentes com os objetivos do sistema;
- Os controles e avaliações do sistema, para verificar a coerência entre os objetivos e saídas do sistema;
- A retroalimentação do sistema, que pode ser considerado como reintrodução de uma saída sob a forma de informação, para proporcionar condições de autorregulamento do sistema.

Pode-se dizer que maior qualidade de um sistema de informação é a habilidade de processar um enorme volume de dados e informações, simultaneamente, tornando-as disponíveis imediatamente ao usuário com confiabilidade de dados.

Entretanto a importância da informação disponibilizada pelo sistema irá depender do grau de necessidade do seu usuário como qualquer outro produto de venda, portanto um sistema de informação somente será útil se realmente atender seus usuários (PADOVEZE, 1997).

2.1.1 Sistemas de informação contábil

Devido ao avanço econômico e tecnológico tornou-se necessário que as empresas e instituições evoluíssem seus processos de forma a torna-los cada vez mais informatizados com o intuito de permanecerem no mercado em meio à sua concorrência.

Pode-se dizer que na contabilidade contemporânea os sistemas de informações são a principal ferramenta do profissional contábil, tornando-se fonte de dados e informações úteis para tomada de decisão nas organizações.

Segundo Oliveira e Vasconcelos (2005, p. 69):

Com o advento da informática a Contabilidade das grandes empresas tomou um direcionamento diferente da Contabilidade de décadas atrás. O contador, agora, tem a responsabilidade e o compromisso de fazer com que sua profissão seja vista pela sociedade e pelos grandes empresários de forma diferenciada. Além da mudança cultural, a contabilidade necessitava de uma mudança nos meios como era executada; precisava, cada vez mais, operacionalizar as suas atividades e, para isso, o contador precisava estar atualizado com as ferramentas tecnológicas existentes no mercado.

O sistema de informação contábil é gerencial quando o sistema possui características de operacionalidade de tal forma que preencha todas as necessidades dos profissionais contábeis, tocante ao seu controle operacional, patrimonial, econômico e financeiro (PADOVEZE, 1997).

O sistema contábil poderá ser integrado com outros sistemas, ou seja, uma união de informações entre contabilidade, folha de pagamento, escrita fiscal, patrimônio, entre outros. As empresas e profissionais contábeis esperam que os sistemas possam tornar a informação disponível num prazo de tempo mais curto de forma unificada.

De acordo com Padoveze (1997, p. 37) um sistema de informação contábil deve apresentar os seguintes fatores:

- operacionalidade – as informações devem ser coletadas, armazenadas e processadas de forma operacional. Onde todos os que trabalham com a informação contábil devem saber e sentir que estão operando com dados reais, significativos, práticos e objetivos; conseguidos, armazenados e processados de forma prática e objetiva. Com isso, teremos uma utilização gerencial, ou seja, uma utilização prática e objetiva;
- integração – quando todas as áreas necessárias para o gerenciamento da informação contábil estejam abrangidas por um único sistema de informação contábil. Sua característica é a navegabilidade dos fatos. Uma vez que o dado é coletado, este deverá ser utilizado em todos os segmentos do sistema de informação contábil;
- custo de informação – o sistema de informação contábil deve ser analisado na relação do custo-benefício da empresa.

Sendo assim percebe-se que o sistema contábil é uma ferramenta essencial, onde sabendo usa-la corretamente será geradora de benefícios para empresa. Os profissionais contábeis e empregadores estão cada vez mais adeptos a essa tecnologia que é ágil no processamento dos dados, sendo que a tendência é tornar-se indispensável uma empresa obter um sistema contábil.

2.2 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL – SPED

2.2.1 Histórico

O princípio da era tecnológica governamental se deu no ano de 1995 com a primeira publicação na internet realizada pela Receita Federal do Brasil. A partir disto houve um crescimento considerável visando à modernização das informações obrigatórias.

Já a discussão acerca da utilização de documentos eletrônicos para fins tributários iniciou-se com a edição da Medida Provisória nº 2.200-2 de 24 de agosto de 2001, que instituiu a infraestrutura de chaves públicas brasileiras (ICP) para

garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica dos documentos em forma eletrônica (BRASIL, 2001a).

A assinatura digital representa a declaração de que o documento foi emitido pela pessoa cujo código de certificação digital nele está apostado, assim como representa também a declaração de que o documento é o que foi por ela emitido, sem alterações (NARDON FILHO, 2010).

Após a Emenda Constitucional nº 42, aprovada em 19 de dezembro de 2003, introduziu o inciso XXII ao art.37 da Constituição Federal, que determina às Administrações Tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios atuarem de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais (BRASIL, 2003b).

Conforme Muller, Pilar e Kido (2008) a ideia da implantação de um modelo nacional de documento fiscal eletrônico para substituir a tradicional sistemática de emissão em papel ganhou forma, depois do advento da certificação digital das assinaturas de empresas e pessoas.

Em 2007, foi publicado o Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, que instituiu o chamado Sped, com o objetivo de promover atuação integrada dos fiscos, mediante a padronização e racionalização das informações e o acesso compartilhado à escrituração digital dos contribuintes (BRASIL, 2007c).

O Sped faz parte do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (2007) e constitui um avanço na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes.

2.2.2 Conceitos e objetivos

Dentre as medidas anunciadas pelo Governo Federal, em 22 de Janeiro de 2007, o Programa de aceleração do crescimento (PAC) tem como objetivos principais:

Promover a aceleração do crescimento econômico no país, o aumento de emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira. Na mesma linha das ações constantes do PAC que se destinam a remover obstáculos administrativos e burocráticos ao crescimento econômico, pretende-se que o Sped possa proporcionar melhor ambiente de negócios para o País e a redução do Custo Brasil, promovendo a modernização dos processos de interação entre a administração pública e as empresas em geral, ao contrário do pragmatismo pela busca de resultados, muito comum nos projetos que têm como finalidade apenas o incremento da arrecadação. (RECEITA DA FAZENDA)

De modo geral, consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas a sua forma digital (PASSOS, 2010).

De acordo com a Receita Federal do Brasil o SPED trará benefícios tais como:

- Redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel;
- Eliminação do papel;
- Redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias;
- Uniformização das informações que a contribuinte presta às diversas unidades federadas;
- Redução do envolvimento involuntário em práticas fraudulentas;
- Redução do tempo despendido com a presença de auditores fiscais nas instalações do contribuinte;
- Simplificação e agilização dos procedimentos sujeitos ao controle da administração tributária (comércio exterior, regimes especiais, e trânsito entre unidades de federação);
- Fortalecimento do controle e da fiscalização por meio de intercâmbio de informações entre as administrações tributárias;
- Rapidez no acesso às informações;
- Aumento da produtividade do auditor através da eliminação dos passos para coleta dos arquivos;
- Possibilidade de troca de informações entre os próprios contribuintes a partir de um leiaute padrão;
- Redução de custos administrativos;
- Melhoria da qualidade da informação;
- Possibilidade de cruzamento entre dados contábeis e fiscais;
- Disponibilidade de cópias autênticas e válidas da escrituração para usos distintos e concomitantes;
- Redução do Custo Brasil;
- Aperfeiçoamento do combate à sonegação;

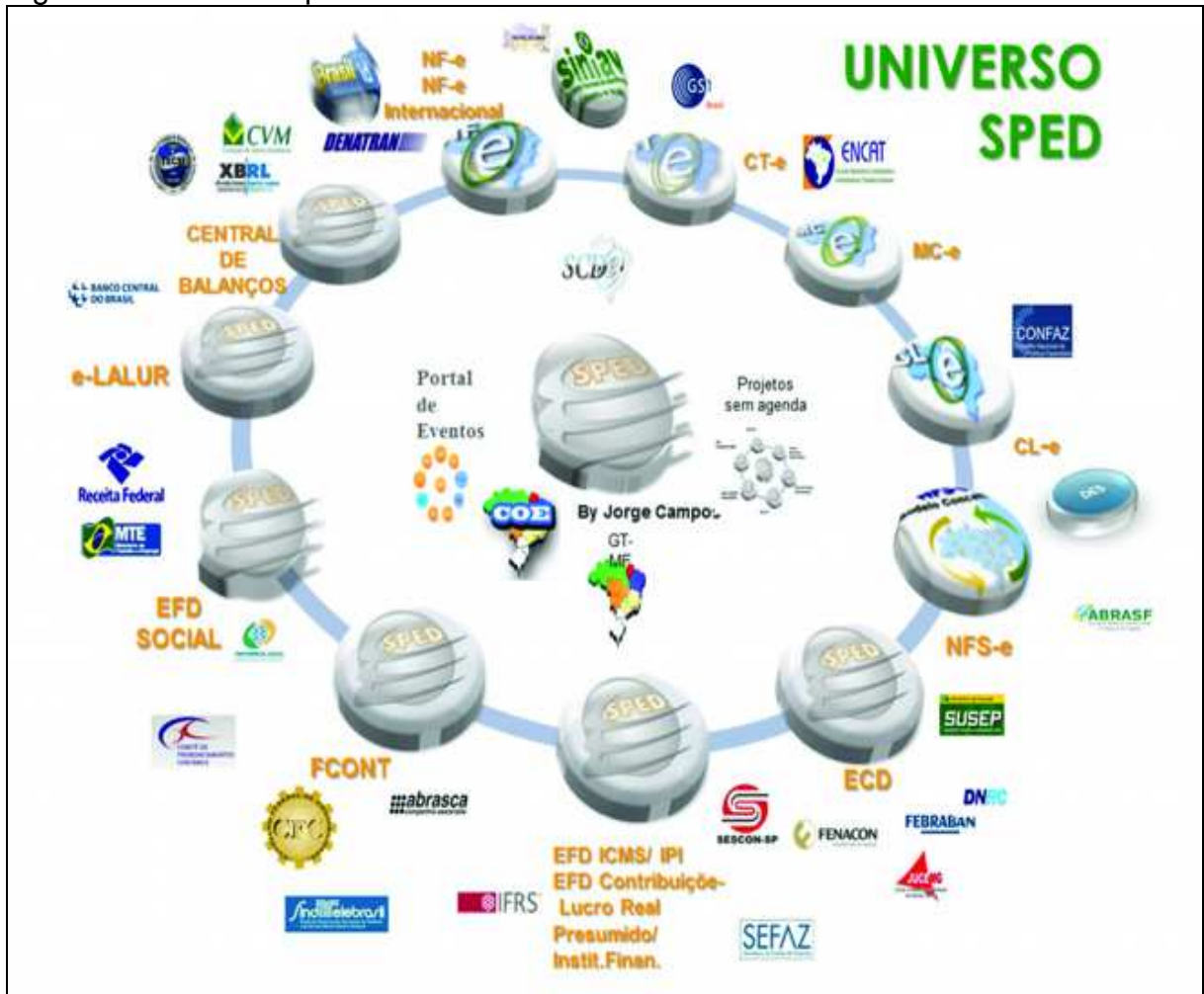
Pode-se dizer que o programa SPED e seus projetos surgiram da necessidade de atualização, com o objetivo de facilitar o envio das informações, onde visa à simplificação das obrigações possibilitando uma fiscalização mais ágil e eficaz por parte do governo.

2.2.3 Projetos Sped

Os projetos SPED tem uma grande importância na modernização tributária governamental Municipal, Estadual, e Federal. Na sua forma atual, é

basicamente dividido em quatro partes: Sped contábil (ECD), Sped fiscal (EFD), EFD Contribuições e ECF Fiscal.

Figura 1 - Universo Sped



Fonte: <http://www.joseadriano.com.br/profiles/blogs/universo-sped>

2.2.3.1 Sped contábil

A Escrituração Contábil Digital (ECD) é parte integrante do projeto Sped e tem por objetivo a substituição à escrituração em papel pela escrituração transmitida via arquivo. Corresponde à obrigação de transmitir, em versão digital, os seguintes livros: diário, razão, balancetes diários, balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos (RECEITA FEDERAL).

A partir do seu sistema de contabilidade, a empresa gera um arquivo digital no formato específico, este arquivo é submetido ao Programa Validador e

Assinador – PVA fornecido pelo Sped e por fim transmitido confirmando a autenticidade da empresa.

Segundo a instrução normativa nº 787/07 foram obrigadas a adotar o ECD:

I - em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2008, as sociedades empresárias sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado, nos termos da Portaria RFB nº 11.211, de 7 de novembro de 2007, e sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real.

II - em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2009, as demais sociedades empresárias sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real (BRASIL, 2007d).

Portanto, a partir do ano-calendário 2009, foram obrigadas ao Sped Contábil todas as sociedades empresárias tributadas pelo lucro real. Conforme a Instrução Normativa 1.420/2013 a partir de 1º de Janeiro de 2014 foram obrigadas:

II - as pessoas jurídicas tributadas com base no Lucro Presumido, que distribuírem, a título de lucros, sem incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF), parcela dos lucros ou dividendos superior ao valor da base de cálculo do Imposto, diminuída de todos os impostos e contribuições a que estiver sujeita;

III - as pessoas jurídicas imunes e isentas (BRASIL, 2013f).

Esta facultada à entrega da ECD às demais pessoas jurídicas.

2.2.3.2 Sped fiscal

A Escrituração Fiscal Digital (EFD) é um arquivo digital, que se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como de registros de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte (RECEITA FEDERAL).

Os arquivos da EFD-ICMS/IPI têm periodicidade mensal e devem apresentar informações relativas a um mês civil ou fração, ainda que as apurações dos impostos (ICMS e IPI) sejam efetuadas em períodos inferiores a um mês, segundo a legislação de cada imposto.

A partir de seu sistema de contabilidade, a empresa deverá gerar um arquivo digital informando todos os documentos fiscais e outras informações de

interesse dos fiscos federal e estadual, referentes ao período de apuração dos impostos ICMS e IPI.

Conforme Nardon Filho (2010) serão apresentados no SPED fiscal os registros de entradas e saídas, registro de inventários, bem como a apuração do IPI e do ICMS realizada.

O arquivo também deverá ser submetido à importação e validação pelo Programa Validador e Assinador (PVA) fornecido pelo Sped. Em regra, a periodicidade de apresentação é mensal.

2.2.3.3 EFD Contribuições

A EFD-Contribuições trata de arquivo digital a ser utilizado pelas pessoas jurídicas de direito privado na escrituração da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, nos regimes de apuração não-cumulativo e/ou cumulativo, com base no conjunto de documentos e operações representativos das receitas auferidas, bem como dos custos, despesas, encargos e aquisições geradores de créditos da não-cumulatividade (RECEITA FEDERAL).

Conforme a Lei nº 12.546/2011, a EFD-Contribuições passou a contemplar também a escrituração digital da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, incidente nos setores de serviços e indústrias, na obtenção de receitas referentes aos serviços e produtos nela relacionados (BRASIL, 2011e).

A periodicidade de apresentação da EFD-Contribuições é mensal, devendo ser transmitido o arquivo, após a sua validação e assinatura digital, até o 10º (décimo) dia útil do segundo mês subsequente ao de referência da escrituração.

2.2.3.4 ECF Fiscal

A Escrituração Contábil Fiscal (ECF) substitui a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), a partir do ano-calendário 2014. Conforme a Receita Federal do Brasil são obrigadas ao preenchimento da ECF todas as pessoas jurídicas, inclusive imunes e isentas, sejam elas tributadas pelo lucro real, lucro arbitrado ou lucro presumido.

As empresas deverão informar a base de cálculo e o valor devido do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), especialmente quanto:

- à recuperação do plano de contas contábil e saldos das contas, para pessoas jurídicas obrigadas a entregar a Escrituração Contábil Digital (ECD) relativa ao mesmo período da ECF;
- à recuperação de saldos finais da ECF do período imediatamente anterior, quando aplicável;
- à associação das contas do plano de contas contábil recuperado da ECD com plano de contas referencial, definido pela Coordenação-Geral de Fiscalização (Cofis), por meio de Ato Declaratório Executivo (ADE);
- ao detalhamento dos ajustes do lucro líquido na apuração do Lucro Real, mediante tabela de adições e exclusões definida pela Cofis, por meio de Ato Declaratório Executivo;
- o detalhamento dos ajustes da base de cálculo da CSLL, mediante tabela de adições e exclusões definida pela Cofis, por meio de Ato Declaratório Executivo;
- aos registros de controle de todos os valores a excluir, adicionar ou compensar em exercícios subsequentes, inclusive prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL; e
- aos registros, lançamentos e ajustes que forem necessários para a observância de preceitos da lei tributária relativos à determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, quando não devam, por sua natureza exclusivamente fiscal, constar da escrituração comercial, ou sejam diferentes dos lançamentos dessa escrituração (RECEITA FEDERAL).

Atualmente essas informações constam no Lalur, DIPJ, Fcont e ECD. O prazo de entrega da ECF para o último dia útil do mês de junho no ano calendário subsequente ao da escrituração.

2.3 ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL SOCIAL – ESOCIAL

O eSocial surge para incrementar a lista de projetos Sped governamentais, acrescentando as informações de registro de trabalhadores, folha de pagamento e outras informações tributárias, trabalhistas e previdenciárias.

2.3.1 Procedimentos operacionais atuais pré-eSocial

No cenário brasileiro pode-se dizer que os empregados e responsáveis contábeis encaminham os mesmos dados em informativos governamentais diferentes, podendo gerar uma repetição das informações bem como o retrabalho.

Outro ponto a ser destacado é a inexistência de qualquer controle do governo sobre o conteúdo das declarações, pois as informações são prestadas de forma totalmente independentes. É possível prestar informações diferentes entre os informativos mesmo quando deveriam ser idênticas (P.FILHO; KRUGER, 2015).

Toda essa complexidade dificulta o trabalho dos contribuintes, que, algumas vezes, não conhecem bem quais são os tributos devidos e como acontece a aplicação desses tributos, ou seja, qual é o seu fato gerador, qual a base de cálculo, qual alíquota incide sobre essa base, e dificulta também o trabalho de fiscalização do governo. (MULLER; PILAR; KIDO, 2008).

Os autores citados concordam que o trabalho do departamento pessoal no envio das informações trabalhistas é desgastante, onde é necessário obter vários aplicativos diferentes do governo para transmissão, gerando dúvidas no momento operacional que serão esclarecidas por órgãos diferentes.

De acordo com Costa (2011) todas as empresas atualmente seguem um cronograma com procedimentos para enviarem as informações trabalhistas a seus devidos órgãos competentes.

Quadro 1 – Cronograma pré-esocial

| Informativo | Procedimento |
|-----------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Registro do empregado | Na contratação do empregado, deve ser realizado o seu registro, sendo o tal, imediato. Poderá ser feito em livros, fichas, ou sistema eletrônico, conforme Artigo 41 da CLT COSTA (2011). |
| CTPS | A carteira de trabalho e previdência social é um documento não eletrônico que será entregue no dia do início da prestação do serviço. Nela são anotados os dados do contrato de trabalho conforme art. 29 da CLT COSTA (2011). |
| CAGED | O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados foi criado pelo Governo Federal, por meio da Lei nº 4.923/65, que instituiu o registro permanente de admissões de desligamentos de empregados sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Este registro, que os empregadores informam mensalmente ao Ministério do trabalho e emprego, é base do Cadastro Geral. As informações do Caged são utilizadas pelo programa seguro-desemprego para conferir os dados referentes aos vínculos trabalhistas. O envio dessas informações ocorre até o dia 07 (sete) do mês subsequente que aconteceu às admissões e demissões, estando sujeito à multa automática caso não seja entregue COSTA (2011). |

| Informativo | Procedimento |
|-------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| RAIS | A Relação Anual de Informações Sociais é um importante instrumento de coleta de dados. Instituída pelo decreto 76.900/75 tem por objetivo coletar dados como controle de registros de FGTS, para o sistema de arrecadações e de concessão e benefícios previdenciários, estudos técnicos de natureza estatística, e identificação dos trabalhadores com direito a abono salarial PIS/PASEP COSTA (2011). |
| DIRF | A Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte foi aprovada pela Instrução Normativa SRF nº144, de 07/12/98. A declaração deverá ser efetuada anualmente pela fonte pagadora, informando os rendimentos pagos a pessoas físicas domiciliadas no País, inclusive os isentos e não tributáveis COSTA (2011). |
| PPP | O perfil profissiográfico previdenciário é o documento de preenchimento obrigatório para todas as empresas que mantenham empregados em atividades de risco, devendo ser elaborado individualmente. Seu objetivo principal é enviar as informações à Previdência Social quanto ao trabalho realizado pelos empregados. Deverá ser emitido pela empresa por base em laudo técnico de condições ambientais de trabalho COSTA (2011). |
| CAT | A Comunicação de Acidente de Trabalho é um documento emitido para reconhecer tanto um acidente de trabalho ou de trajeto bem como uma doença ocupacional. A empresa é obrigada a informar a Previdência Social todos os acidentes ocorridos com seus empregados até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência PREVIDÊNCIA SOCIAL (2013). |
| GFIP | A Guia de Recolhimento de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social compreende um conjunto de informações destinadas ao FGTS à Previdência Social referente aos fatos geradores de contribuições previdenciárias e outros dados de interesse do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Foi definido pelo decreto 2.803/98 e deve ser enviado mensalmente pelos empregadores COSTA (2011). |
| MANAD | Os arquivos digitais são a forma de fiscalização do governo. As informações serão solicitadas as pessoas jurídicas, pelo Auditor Fiscal da Previdência Social – AFPS no curso de Ação Fiscal devidamente autorizada (MANUAL MANAD 2003). |
| TRCT - Homolognet | Na assistência à rescisão do contrato de trabalho será utilizado o Sistema Homolognet, instituído pela Portaria TEM nº 1.620/2010. Nas rescisões contratuais em que não for utilizado o Homolognet, será utilizado o Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho previsto no Anexo I da Portaria TEM nº 1.621/2010 COSTA (2011). |

Fonte: elaborado pela autora (2016).

2.3.2 Conceitos

O eSocial é considerado uma nova fase da escrituração digital do Governo Federal. Chega com a missão de facilitar o cumprimento das obrigações trabalhista do contribuinte e garantir os direitos dos trabalhadores.

O projeto é desenvolvido e administrado de forma consorciada por cinco órgãos do governo federal: Caixa Econômica Federal, Instituto Nacional do Seguro Social, Ministério da Previdência Social, Ministério do Trabalho e Emprego e Receita Federal do Brasil (P. FILHO; KRUGER, 2015).

O eSocial foi instituído pelo decreto 8.373 de 11 de dezembro de 2014 onde indica:

Seu objetivo é a unificação da prestação das informações referentes a escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas e tem por finalidade padronizar sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição, constituindo um ambiente nacional composto por:

I – escrituração digital, contendo informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas;

II – aplicação para preenchimento, geração, transmissão, recepção, validação e distribuição da escrituração; e

III – repositório nacional, contendo o armazenamento da escrituração (BRASIL,2014g).

Conforme Pacheco Filho e Kruger (2015) o envio das informações em formato padronizado por um único canal, para um ambiente compartilhado por diversos órgãos da administração pública, elimina a transmissão da mesma informação mais de uma vez.

2.3.3 Objetivos, vantagens e desvantagens

Conforme Pacheco Filho e Kruger (2015) o Comitê Gestor do eSocial destaca três objetivos a serem alcançados pelo projeto: garantir aos trabalhadores os direitos trabalhistas e previdenciários, simplificar o cumprimento das obrigações pelos empregadores, aprimorar a qualidade das informações recebidas pelo Estado, relativas à seguridade social e relação de trabalho.

Para Oliveira (2014, p. 8) os principais objetivos do eSocial são:

- Garantir os direitos trabalhistas e previdenciários;
- Simplificar o cumprimento das obrigações principais e acessórias, para redução de custos e da informalidade;

- Aprimorar a qualidade de informações da seguridade social e das relações de trabalho;
- Aumentar a arrecadação através da diminuição da inadimplência, da incidência de erros, da sonegação e da fraude;
- Padronização das folhas de pagamento e das tabelas de rubricas;
- Agilidade no acesso às informações, tornando a fiscalização mais efetiva no cruzamento de dados e auditoria eletrônica;
- Atendimento a diversos órgãos do governo com uma única escrituração e declaração, facilitando o cumprimento das diversas obrigações trabalhistas e tributárias atualmente existentes.

De acordo com o Manual Oficial do eSocial (2014, p. 6) as premissas são:

- Construção coletiva e gestão compartilhada;
- Autonomia no tratamento das informações e utilização das informações no limite das atribuições e competências;
- Prestação única da informação;
- Registro da informação uma única vez, no momento de seu nascedouro, devidamente validada;
- Flexibilidade e simplicidade no envio e na retificação das informações;
- Segurança na guarda dessas informações.

Para Carvalho (2015, p. 2) o eSocial possui três elos: trabalhadores, governo e empregadores. Considera da seguinte forma:

- Trabalhadores: Garantia de direitos. Os trabalhadores terão acesso a todos os dados da sua relação laboral com o empregador através do acesso via internet.
- Governo: Maior poder de fiscalização na garantia dos direitos dos trabalhadores e exigência do cumprimento das obrigações fiscais trabalhistas e previdenciárias pelo empregador.
- Empregadores: simplificação de processos, porém esta simplificação só virá quando todos os procedimentos estiverem adequados ao eSocial. Ou seja, os empregadores encontrarão uma fase de adaptação.

As maiores dificuldades iniciais dos empregadores com o eSocial serão os custos para atualização de sistemas operacionais, onde será necessária integração dos departamentos e exigirá mais conhecimento e cursos para os profissionais de recursos humanos e contábeis. Por outro lado, futuramente será mais prático e trará benefícios para as empresas (ALBANES, 2014).

Pode-se dizer que fiscalizar é exceção antes do eSocial, visto que nos dias atuais somente 3% das empresas brasileiras são fiscalizadas pelo Ministério do Trabalho e demais órgãos públicos. A tendência é que a fiscalização vire com início do eSocial (CARVALHO, 2015).

Os autores citados concordam que o eSocial trará benefícios aos trabalhadores, onde indicam que as empresas que atualmente cumprem a legislação

corretamente obterão simplificação dos processos, já as empresas contrárias terão maiores chances de fiscalização do governo.

2.3.4 Empregadores sujeitos ao eSocial

Segundo o Decreto 8373/2014 Art 2º os sujeitos a prestação das informações são:

- I – O empregador, inclusive doméstico, a empresa e os que forem equiparados em lei;
- II – O segurado especial, inclusive em relação a trabalhadores que lhe prestem serviços;
- III – As pessoas jurídicas de direito público da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e
- IV – As demais pessoas jurídicas e físicas que pagarem ou creditarem por si rendimentos sobre os quais tenha incidido retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, ainda que um único mês do ano-calendário (BRASIL, 2014g).

De acordo com o inciso II do mesmo Decreto, a prestação de informação ao eSocial pelas microempresas e empresas de pequeno porte, conforme a Lei Complementar n.123, de 15 de dezembro de 2006, e pelo microempreendedor individual – MEI será efetuada em sistema simplificado, compatível com as especificações dessas empresas (BRASIL, 2014g).

Desde 01 de Outubro de 2015 os empregadores domésticos já estão obrigados ao eSocial conforme a Lei Complementar 150 publicada dia 01 de Junho de 2015. Devem informar mensalmente as remunerações e emitir a guia Simples Doméstico pelo portal para recolhimento dos encargos à Previdência Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (BRASIL, 2015h).

2.3.5 Substituição dos informativos

De acordo com Oliveira (2014, p. 9) o cenário proposto é utilizar as mesmas fontes e mesma informação com visões e formatos diferentes para órgãos diferentes. Cerca de 80% das obrigações acessórias serão substituídas pelo eSocial, são elas:

- Livro de registro do empregado;
- Folha de pagamento;
- Guia de Recolhimento do FGTS (GFIP);

- Relação Anual de Informações Sociais (RAIS);
- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED);
- Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF);
- Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT);
- Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP);
- Arquivos eletrônicos entregues à fiscalização (MANAD);
- Termo de Rescisão (TRCT);
- Formulário de seguro desemprego;

A guia Previdenciária Social (GPS) e de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) serão emitidas exclusivamente pelo portal eSocial em conectividade com a Previdência Social, Receita Federal e Caixa Econômica Federal, deixando assim de existir o informativo utilizado atualmente SEFIP – Sistema empresa de recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (CARVALHO, 2015).

Figura 2 – Substituição de informativos



Fonte: <http://cfcontabil.com/cf/esocial-o-que-e-e-a-quem-interessa/>

2.4 PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS E LEIAUTES DO ESOCIAL

Conforme Pacheco Filho e Kruger (2015) a arquitetura utilizada no eSocial para a captação, processamento e disponibilização dos dados aos participantes veio acompanhada de alguns novos conceitos, dentre os quais se destaca o conceito evento. Os registros efetuados nos apontamentos físicos foram denominados “Eventos” e estruturados na forma de arquivo digital. Além destes, surgem Tabelas

do eSocial e as Tabelas do empregador, ambas necessárias para o funcionamento do sistema.

Oliveira (2014, p. 48) aponta que a entrega dos arquivos procederá da seguinte forma:

- Não existirá um arquivo único em formato texto da folha de pagamento;
- Não terá validação por PVA ou PGD;
- Os dados dos registros trabalhistas e de contra cheque (remuneração) serão entregues em formato XML, como um evento;
- Validação da estrutura na própria geração do arquivo;
- Utilização do CPF como chave do trabalhador associado ao PIS/NIT;
- Validação na base do CNIS (CPF, PIS, data de nascimento);
- Cadastramento inicial apenas dos vínculos ativos;
- Informações de trabalhadores sem vínculo contratado com natureza permanente.

2.4.1 Tabelas do eSocial empregador

No eSocial existem dois tipos de tabelas: As tabelas do eSocial e as tabelas dos empregadores. Ambas desempenham papéis de suma importância no sistema de forma concebida para facilitar a estruturação e o funcionamento do sistema (P. FILHO; KRUGER, 2015).

Quadro 2 – Tipos de tabelas do eSocial

| Tipos de tabelas | Informações |
|-------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Tabelas do eSocial | Através delas, é possível definir a classificação tributária do empregador, as lotações tributárias, o grau de exposição aos agentes nocivos, a natureza das rubricas, enfim, todos os aspectos necessários para identificação de cada situação. |
| Tabelas do empregador | O principal objetivo destas tabelas é complementar as informações do empregador. |

Fonte: P. Filho e Kruger (2015).

De acordo com Oliveira (2014) as informações de atualização de identificação dos empregadores, dos estabelecimentos e das obras de construção civil deverão ser enviadas até o dia sete do mês seguinte ao de ocorrência da alteração, ou previamente à transmissão de qualquer evento que requeira essas informações para validação, o que ocorrer primeiro.

2.4.2 Tabelas iniciais

O Manual Oficial do eSocial (2014) prevê que são os eventos iniciais que identificam o empregador/contribuinte, contendo dados básicos de sua classificação fiscal e estrutura administrativa. É o primeiro evento a ser transmitido ao eSocial. Também compõe os eventos iniciais o evento de cadastramento inicial dos vínculos. Esse evento deve ser informado após terem sido transmitidos os eventos de tabelas do empregador.

Conforme Oliveira (2014, p. 43) os eventos iniciais deverão ser informados para fazer o cadastro básico da empresa e seus colaboradores junto ao governo:

As informações relativas à identificação do empregador, dos empregados ativos, de seus estabelecimentos, e obras de construção civil deverão ser enviadas previamente à transmissão de outras informações. As informações relativas aos vínculos mantidos no momento do início da obrigatoriedade da utilização do eSocial deverão ser transmitidas antes do envio de qualquer evento periódico ou não periódico e até o final do primeiro mês de sua obrigatoriedade.

Manual Oficial do eSocial (2014, p. 3) aponta que os eventos iniciais são compostos pelas Informações previstas nos seguintes leiautes: “S-1000 - Informações do Empregador/Contribuinte; S-1060 - Tabela de Estabelecimentos e Obras de Construção Civil; S-2100 – Cadastramento Inicial do Vínculo”.

Portanto os eventos iniciais são aqueles que devem ser transmitidos em primeiro lugar, e tem como principal objetivo inserir os empregadores e contribuintes no ambiente do eSocial para que seja possível iniciar os envios posteriores.

2.4.3 Eventos tabelas

Os eventos tabelas podem ser definidos como as informações relativas às tabelas do empregador, que representam um conjunto de regras específicas necessárias para validação dos eventos no eSocial, como as rubricas da folha de pagamento, processos administrativos e judiciais, lotações de trabalho, relações de cargos e funções, jornada de trabalho, e outras informações necessárias (OLIVEIRA, 2014).

Buscando melhor otimização na geração dos arquivos, bem como no armazenamento das informações no ambiente nacional do eSocial, conforme o Manual Oficial do eSocial (2014, p. 7):

As informações que podem ser utilizadas em mais de um arquivo do eSocial ou que se repetem em diversas partes do leiaute serão armazenadas em tabelas. Considerando que grandes partes dos eventos se utilizam de informações constantes nos eventos de tabelas, é obrigatório transmiti-los antes dos eventos periódicos e não periódicos. A título de orientação, é prudente transmiti-los logo após o envio do evento de Informações do Empregador. A manutenção correta dessas tabelas é fundamental para a recepção dos eventos do empregador e cálculo corretos das bases de cálculo e dos valores devidos. A administração do período de validade das informações é muito importante. O empregador deve observar o período de vigência das informações. Quando da primeira informação dos itens que compõem a tabela devem ser preenchidos os campos com a data de início da validade. A informação da data final deve ser enviada apenas no momento em que ocorrer a desativação do item.

Manual Oficial do eSocial (2014, p. 7) aponta que os eventos de tabela são compostos pelas informações previstas nos seguintes leiautes:

S-1010 - Tabela de Rubricas
S-1020 - Tabela de Lotações
S-1030 - Tabela de Cargos
S-1040 - Tabela de Funções
S-1050 - Tabela de Horários/Turnos de Trabalho
S-1070 - Tabela de Processos Administrativos/Judiciais
S-1080 - Tabela de Operadores Portuários

Os eventos tabelas fazem parte do conjunto de informações do eSocial, e tem por objetivo abrigar todas as classificações aplicáveis aos empregadores e contribuintes, como por exemplo: riscos, agentes nocivos no ambiente de trabalho, tributos, entre outros. Enfim, todos os aspectos necessários à perfeita identificação de todos que estejam obrigados ao eSocial.

2.3.3 Eventos não-periódicos

Além do armazenamento dos arquivos, o ambiente organiza os eventos em uma estrutura lógica, denominada de Registro de Eventos Trabalhistas – RET. O RET consiste numa base de dados onde são armazenados os eventos não periódicos de cada empregador referente aos seus trabalhadores (P. FILHO; KRUGER, 2015).

De acordo com o Manual Oficial do eSocial (2014, p. 2) os eventos não periódicos podem ser considerados:

Um fato jurídico trabalhista entre empregador e trabalhador que não tem uma data pré- fixada para ocorrer. Vai depender dos acontecimentos na relação trabalhista na vida da empresa e do trabalhador como contratação, afastamentos, demissões, entre outras. Estes fatos influenciam na concessão de direitos e no cumprimento de deveres trabalhistas, previdenciários e fiscais como, por exemplo, a admissão de um empregado, alteração de salário, exposição do trabalhador a agentes nocivos, desligamento, etc. Após confirmada a sua ocorrência, estes fatos/eventos passam a ter prazo específico de transmissão ao eSocial.

Oliveira (2014, p. 21) aponta os prazos para entrega dos eventos não periódicos:

- Admissão: deverão ser enviadas até o final do dia imediatamente anterior ao início da prestação do serviço;
- Acidente de trabalho: deverão ser enviadas até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência, em caso de morte deverá ser imediato;
- Desligamento: assim como o acidente de trabalho deverão ser enviadas até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência, em casos de aviso prévio trabalhado, ou término de contrato por prazo determinado e até dez dias seguintes à data do desligamento nos demais casos;
- As demais informações dos eventos periódicos, inclusive atualizações do registre de empregados e demais trabalhadores, deverão ser enviadas até o sétimo dia do mês seguinte ao que se referem ou até o envio dos eventos mensais da folha de pagamento que se relacionem segundo as regras de validação constante no Manual Oficial.

Manual Oficial do eSocial (2014, p. 4) aponta que os eventos não periódicos são compostos pelas informações previstas nos seguintes leiautes:

S-2200 - Admissão de Trabalhador
 S-2220 - Alteração de Dados Cadastrais do Trabalhador
 S-2240 - Alteração de Contrato de Trabalho
 S-2260 - Comunicação de Acidente de Trabalho
 S-2280 - Atestado de Saúde Ocupacional
 S-2320 - Afastamento Temporário
 S-2325 - Alteração de Motivo de Afastamento
 S-2330 - Retorno de Afastamento Temporário
 S-2340 - Estabilidade – Início
 S-2345 - Estabilidade – Término
 S-2360 - Condição Diferenciada de Trabalho - Início
 S-2365 - Condição Diferenciada de Trabalho - Término
 S-2400 - Aviso Prévio
 S-2405 - Cancelamento de Aviso Prévio
 S-2600 - Trabalhador Sem Vínculo de Emprego - Início
 S-2620 - Trabalhador Sem Vínculo de Emprego - Alt. Contratual
 S-2680 - Trabalhador Sem Vínculo de Emprego - Término
 S-2800 - Desligamento
 S-2820 - Reintegração

Portanto os eventos não periódicos deverão ser transmitidos assim que ocorrer o fato gerador deste evento. São acontecimentos inconstantes e imprevisíveis na relação trabalhista, porém de grande importância para o vínculo empregatício.

2.4.5 Eventos periódicos

O Registro de Eventos Trabalhistas também é utilizado para validação dos eventos periódicos. Os empregados constantes no RET na condição de ativos devem obrigatoriamente constar na folha de pagamento. Desta forma, há, portanto uma total integração entre os eventos periódicos e não periódicos (P. FILHO; KRUGER, 2015).

De acordo com o Manual Oficial do eSocial (2014, p. 2) os eventos periódicos podem ser considerados:

São os eventos que têm periodicidade previamente definida para sua ocorrência. Seu prazo de transmissão é até o dia 07 do mês seguinte, antecipando o vencimento para o dia útil imediatamente anterior em caso de não haver expediente bancário, com exceção do evento de espetáculo desportivo. São compostos por informações de folha de pagamento, de apuração de outros fatos geradores de contribuições previdenciárias e de retenção do imposto sobre a renda retido na fonte sobre pagamentos feitos pelo próprio contribuinte. Também estão previstas as informações de retenção das contribuições sociais incidentes sobre pagamentos efetuados às pessoas jurídicas.

Manual Oficial do eSocial (2014, p. 4) aponta que os eventos periódicos são compostos pelas informações previstas nos seguintes leiautes:

S-1100 - Eventos Periódicos – Abertura
S-1200 - Eventos Periódicos – Remuneração do Trabalhador
S-1300 - Eventos Periódicos – Pagamentos Diversos
S-1310 - Eventos Periódicos – Serviços Tomados mediante Cessão de Mão de Obra
S-1320 - Eventos Periódicos – Serviços Prestados mediante Cessão de Mão de Obra
S-1330 - Eventos Periódicos – Serviços Tomados de Cooperativa de Trabalho
S-1340 - Eventos Periódicos – Serviços Prestados pela Cooperativa de Trabalho
S-1350 - Eventos Periódicos – Aquisição de Produção
S-1360 - Eventos Periódicos – Comercialização da Produção
S-1370 - Eventos Periódicos – Recursos Recebidos ou Repassados para Associação Desportiva que mantenha equipe de Futebol Profissional
S-1380 - Eventos Periódicos – Informações complementares – Desoneração
S-1390 - Eventos Periódicos – Receita de Atividades Concomitantes
S-1399 – Eventos Periódicos – Fechamento

S-1400 - Eventos Periódicos – Bases, Retenção, Deduções e Contribuições
 S-1800 – Eventos Periódicos – Espetáculo Desportivo
 Para exclusão de eventos transmitidos indevidamente, deverá ser transmitido arquivo no leiaute previsto em S-2900 – Exclusão de Eventos.

Pode-se dizer que os eventos periódicos serão os mais utilizados durante os procedimentos do eSocial, pois são os mais previsíveis onde o empregador está acostumado ter em seus cronogramas atualmente portanto somente irá adaptar-se ao eSocial.

2.5 PRAZOS DE IMPLANTAÇÃO DO ESOCIAL

Os empregados domésticos já estão sendo declarados desde 01/10/2015 no portal eSocial do Simples Doméstico criado pela lei complementar nº 150/2015 (BRASIL, 2015h).

Conforme o art. 1º conforme disposto no decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, a implantação do eSocial se dará conforme o seguinte cronograma (BRASIL, 2014g):

Quadro 3 – Prazos de implantação

| Empresas | Prazo |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Empregador com faturamento no ano de 2014 acima de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões) | <ul style="list-style-type: none"> • A partir da competência Setembro de 2016, obrigatoriedade de prestação das informações por meio do eSocial, exceto as relacionadas na alínea abaixo: • A partir da competência Janeiro de 2017, obrigatoriedade de prestação de informações referente à tabela de ambientes de trabalho, comunicação de acidente de trabalho, monitoramento da saúde do trabalhador e condições ambientais de trabalho. |
| Demais empregadores | <ul style="list-style-type: none"> • A partir da competência Janeiro de 2017, obrigatoriedade de prestação de informações por meio do eSocial, exceto as relacionadas na alínea abaixo: • A partir da competência de Julho de 2017, obrigatoriedade da prestação de informação referente à tabela de ambientes de trabalho, comunicação de acidente de trabalho, monitoramento da saúde do trabalhador e condições ambientais de trabalho. |

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

De acordo com Carvalho (2015) fontes não governamentais indicam que o prazo a vigorar do eSocial será novamente prorrogado, porém não houve divulgação em meios oficiais.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo, inicialmente, descreve-se o enquadramento metodológico do estudo. Em seguida, apresentam-se os procedimentos utilizados para a coleta e análise dos dados. Por último, destacam-se as limitações da pesquisa.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

O conhecimento sempre implica em uma dualidade de realidades: de um lado, o sujeito cognoscente e, de outro, o objeto conhecido, que está possuído, de certa maneira pelo cognoscente. O objeto conhecido pode, às vezes, fazer parte do sujeito que conhece (CERVO; BERVIAN, 2005).

No que se refere à análise dos dados utiliza-se abordagem qualitativa. Conforme Sampieri, Collado e Lucio (2013) o enfoque qualitativo também se guia por áreas ou temas significativos de pesquisa. No entanto, ao contrário da maioria dos estudos quantitativos, em que a clareza sobre as perguntas de pesquisa e as hipóteses deve vir antes da coleta e da análise dos dados, nos estudos qualitativos é possível desenvolver perguntas e hipóteses antes, durante e depois da coleta e análise dos dados.

Neste trabalho o enfoque será qualitativo nos questionamentos da pesquisa, pois se tem como principal objetivo compreender quais são as principais dúvidas e esclarecimentos dos empregadores e profissionais contábeis frente a um novo assunto aos setores trabalhistas que é a escrituração fiscal digital social - eSocial. Neste caso, julga-se de prioridade no trabalho a qualidade das informações coletadas ao invés da quantidade.

Em relação à pesquisa, esta se caracteriza como descritiva e exploratória, pois segundo Cervo e Bervian (2005) a pesquisa descritiva e exploratória observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los. Ou seja, procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que uma variável ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características.

Os estudos descritivos têm como objetivo verificar a incidência das modalidades ou níveis de uma ou mais variáveis em uma população. O procedimento consiste em posicionar em uma ou diversas variáveis em um grupo de pessoas ou outros seres vivos, objetos, situações, contextos, fenômenos, comunidades; e assim proporcionar sua descrição. São,

portanto, estudos genuinamente descritivos e, quando estabelecem hipóteses, estas também são descritivas (SAMPINERER; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 102).

Por meio da pesquisa com os empregadores e profissionais contábeis do município de Nova Veneza pretende-se analisar as informações coletadas sobre o eSocial afim de definir no grupo do estudo a incidência das mesmas dúvidas, incertezas e probabilidades. Pode-se indicar como um estudo exploratório já que se trata de um novo assunto na esfera trabalhista, onde encontra-se poucos materiais disponíveis para consulta. Portanto poderá contribuir para as fontes de pesquisas futuras.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Neste tópico serão apresentadas algumas características do município em que a pesquisa foi realizada Nova Veneza – SC e também os métodos utilizados para realização da pesquisa bem como os resultados obtidos.

Com relação ao questionário aplicado, foram elaboradas dezesseis perguntas sendo delas: dez perguntas de múltipla escolha referente ao eSocial, cinco perguntas também de múltipla escolha para identificar o perfil das empresas, empregadores e profissionais contábeis de Nova Veneza, e uma pergunta foi descritiva abrindo espaço ao entrevistado escrever seu parecer frente ao eSocial.

O direcionamento do questionário deu-se da seguinte forma: contactou-se por telefone os respondentes da pesquisa, apresentou-se o objetivo da mesma e em seguida encaminhou-se via e-mail no dia 11 de Abril de 2016, juntamente com uma carta de apresentação, o questionário para que eles pudessem responder e posteriormente retorná-lo com os dados.

Após o retorno dos questionários, os dados resultantes foram analisados de forma qualitativa e serão demonstrados através de gráficos e forma descritiva.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, apresentam-se os resultados obtidos na pesquisa de campo, bem como uma análise dos pontos fortes e fracos dos empregadores e responsáveis contábeis frente implantação do eSocial.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA

O município de Nova Veneza foi fundado em 28 de Outubro de 1891 e emancipado em 21 de Junho de 1958 do município de Criciúma. Conforme os dados apurados pelo IBGE em 2015 Nova Veneza possuía 14.470 mil habitantes, em uma área territorial de 295,036 km². O município possui 615 empresas atuantes conforme a última pesquisa realizada pelo IBGE em 2013. Suas principais atividades são Agricultura, Avicultura e Metal-Mecânico.

O distrito de Caravaggio é referência pelo importante parque industrial, com destaque para os setores de metalurgia, mecânico e material elétrico. Conforme o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico do Caravaggio atualmente possuem 26 empresas associadas localizadas no distrito.

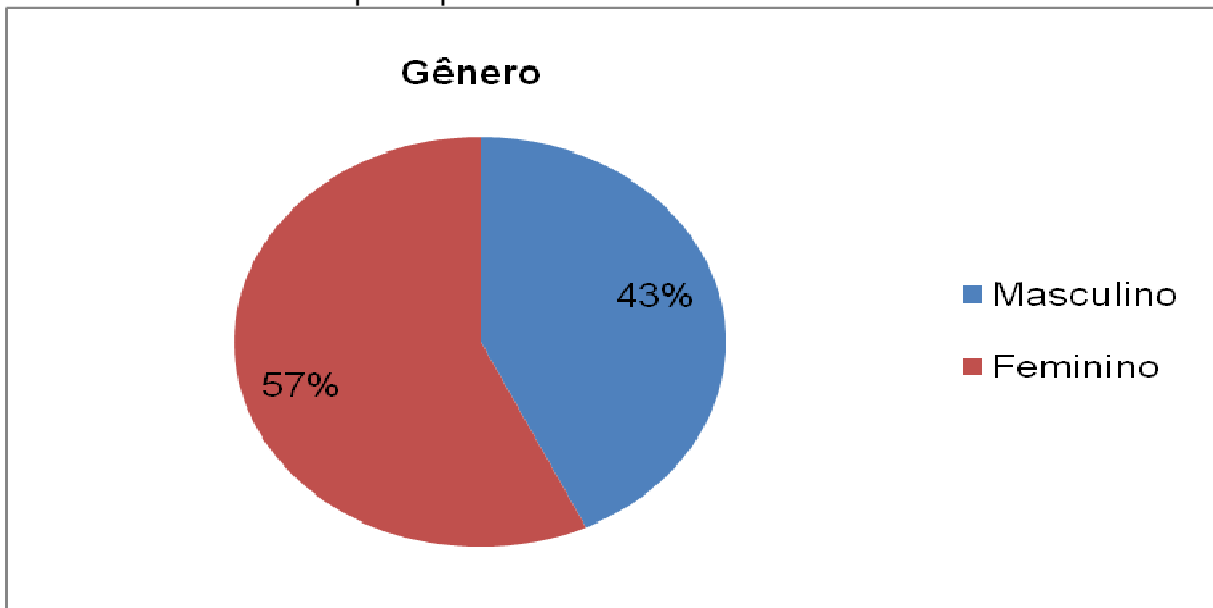
4.2 AMOSTRA DA POPULAÇÃO

Para presente pesquisa foram selecionadas onze empresas que possuem setor pessoal e contábil interno e que são atuantes no setor metal-mecânico no distrito de Caravaggio localizado no município de Nova Veneza – SC. Obteve-se respostas de sete empresas gerando um resultado de 63,63% de retorno.

4.3 ANÁLISES DOS DADOS

No primeiro questionamento respondido o objetivo é identificar qual é o gênero dos entrevistados: Masculino ou Feminino.

Gráfico 1 – Gênero dos participantes

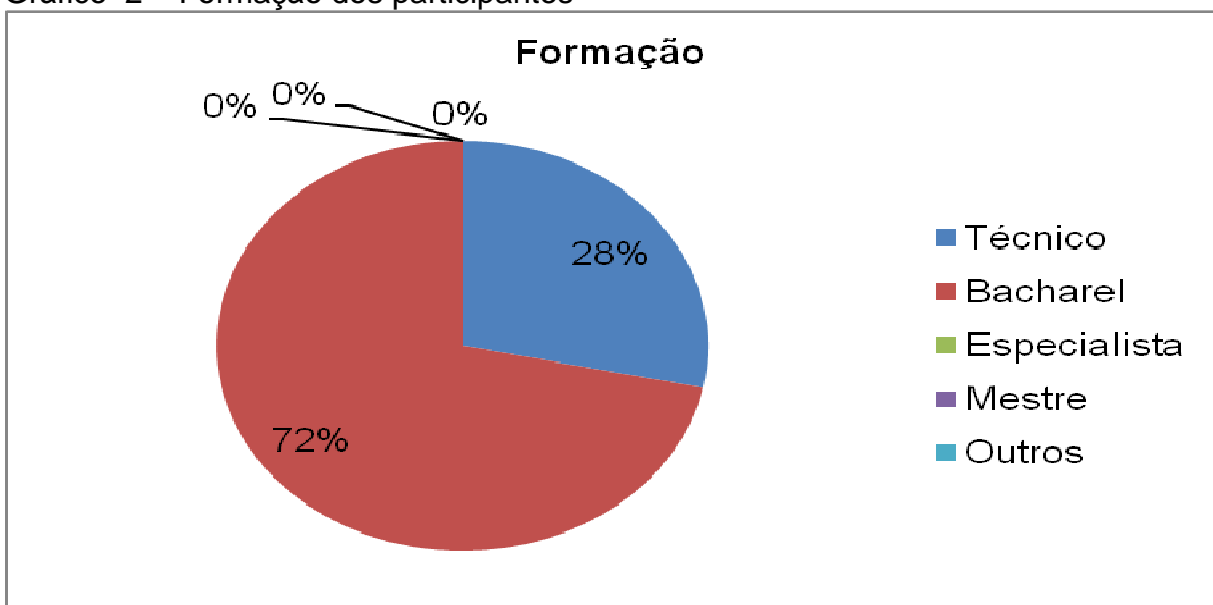


Fonte: Dados de pesquisa da autora (2016).

Conforme o gráfico 1 no que se refere ao gênero foram obtidos sete participantes dentre eles, três do gênero masculino e quatro de feminino. Sendo assim, pode-se dizer que dentre os entrevistados é predominante em 57% de mulheres e 43% homens.

Neste segundo gráfico a finalidade é identificar a formação profissional dos participantes.

Gráfico 2 – Formação dos participantes

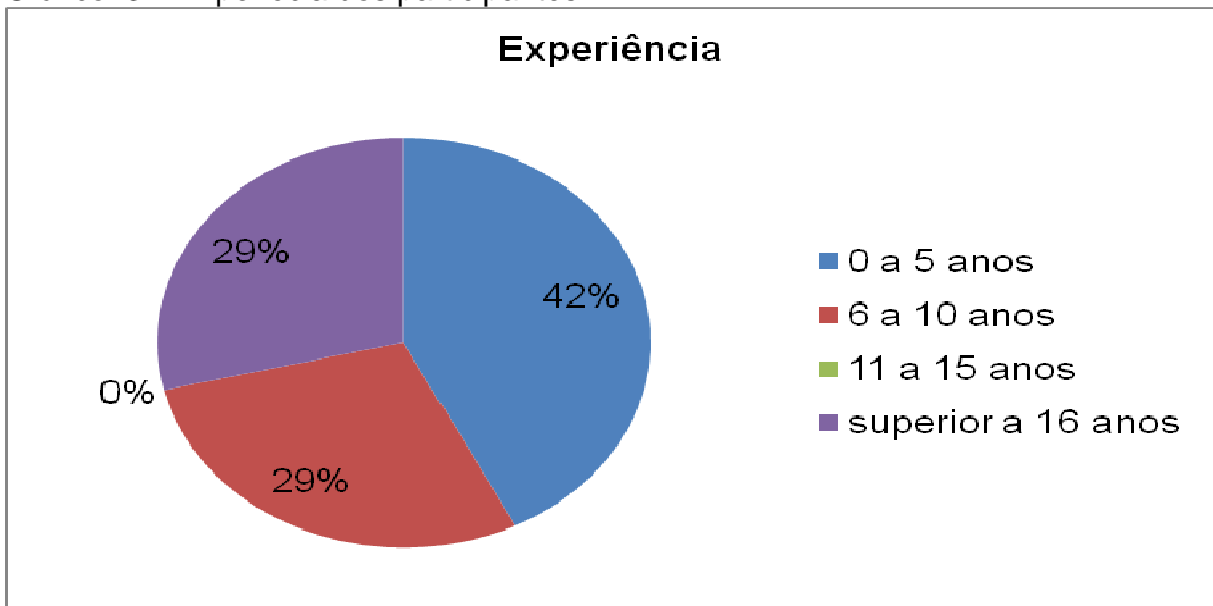


Fonte: Dados de pesquisa da autora (2016).

Diante do questionamento do grau de formação dos participantes chegou-se a conclusão que a maioria dos entrevistados são bacháreis 72%, sendo que 28% são técnicos. Dentre os participantes da pesquisa não possuem especialistas ou mestres.

No gráfico 3 é possível identificar o grau de experiência na área de setor pessoal dos participantes da pesquisa.

Gráfico 3 – Experiência dos participantes



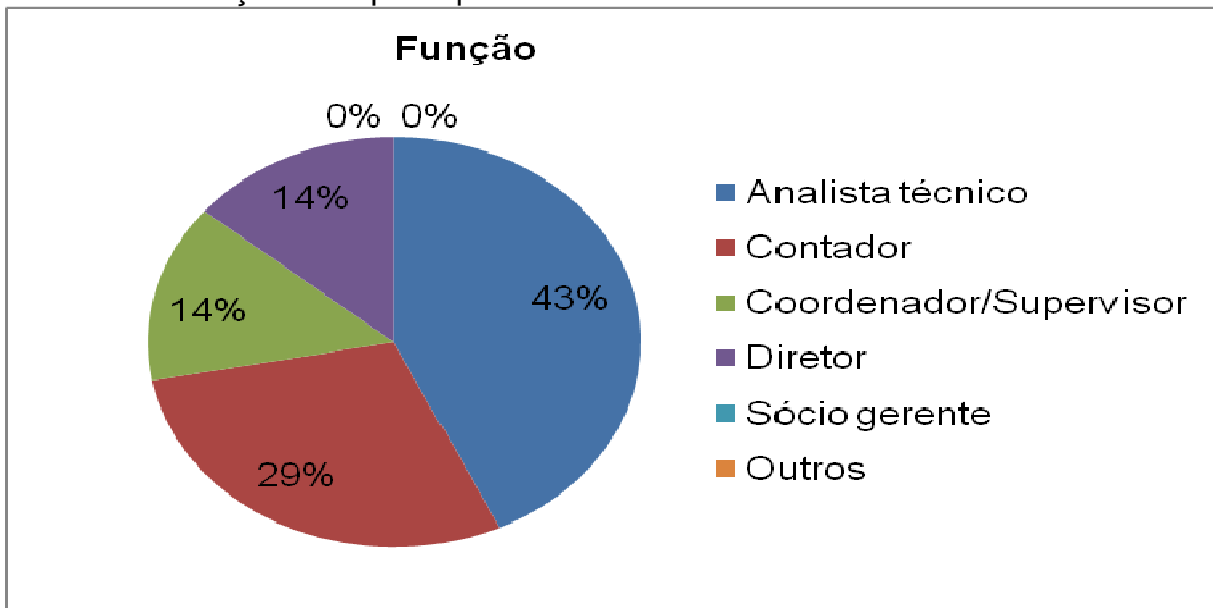
Fonte: Dados de pesquisa da autora (2016).

Por meio deste questionamento identificou-se que a maior parte dos entrevistados possui o menor grau de experiência na área, de 0 à 5 anos são três entrevistados o que é equivalente à 42% dos participantes.

Em seguida identificou-se duas pessoas na faixa de 6 a 10 anos com 29%, e superior à 16 anos foram duas pessoas com também 29% dos participantes.

No gráfico 4 demonstra-se as funções desempenhada pelo participante dentro da empresa.

Gráfico 4 – Funções dos participantes

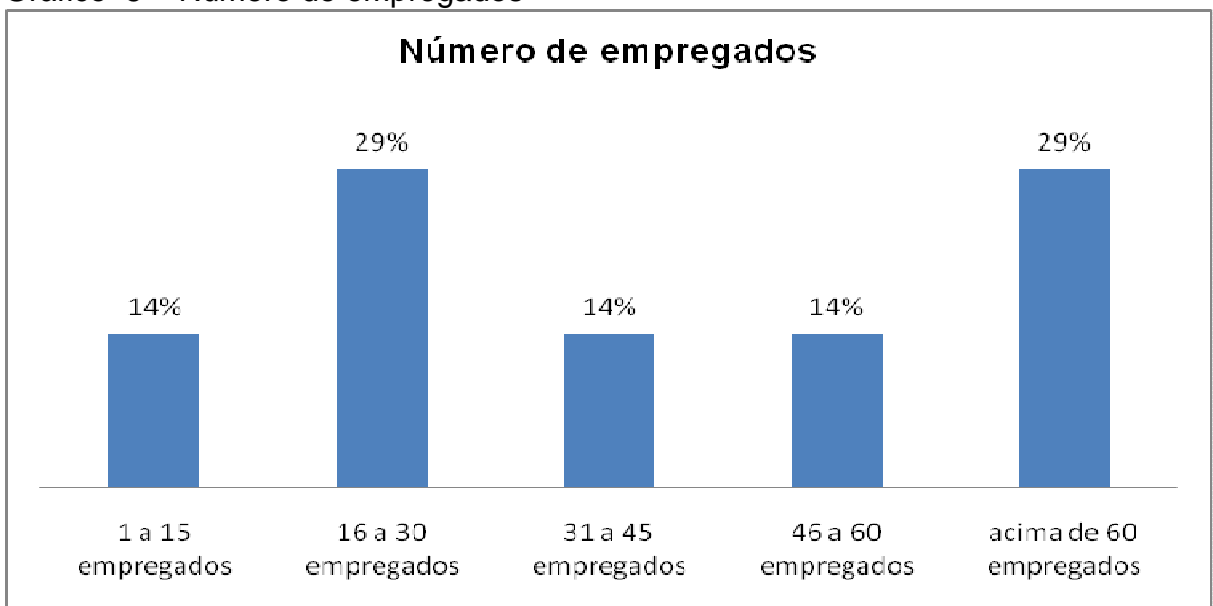


Fonte: Dados de pesquisa da autora (2016).

Verificou-se que é predominante a opção Analista técnico com 43% dos entrevistados, após com 29% seguiu a função Contador, e 14% para ambos: Diretor e Coordenador/Supervisor.

O intuito do questionamento 5 é identificar quantos empregados a empresa participante possui.

Gráfico 5 – Número de empregados



Fonte: Dados de pesquisa da autora (2016).

Conforme demonstra o gráfico 5 foram entrevistadas empresas com quantidade de empregados variadas, onde obteve-se que 14% de 1 a 15

empregados, de 31 a 45 empregado e de 46 a 60 empregados. Entretanto 29% de 16 a 30 empregados e acima de 60 empregados.

O objetivo deste questionamento 6 foi entender se os participantes já se interagiram sobre o eSocial.

Gráfico 6 – Interação frente ao eSocial

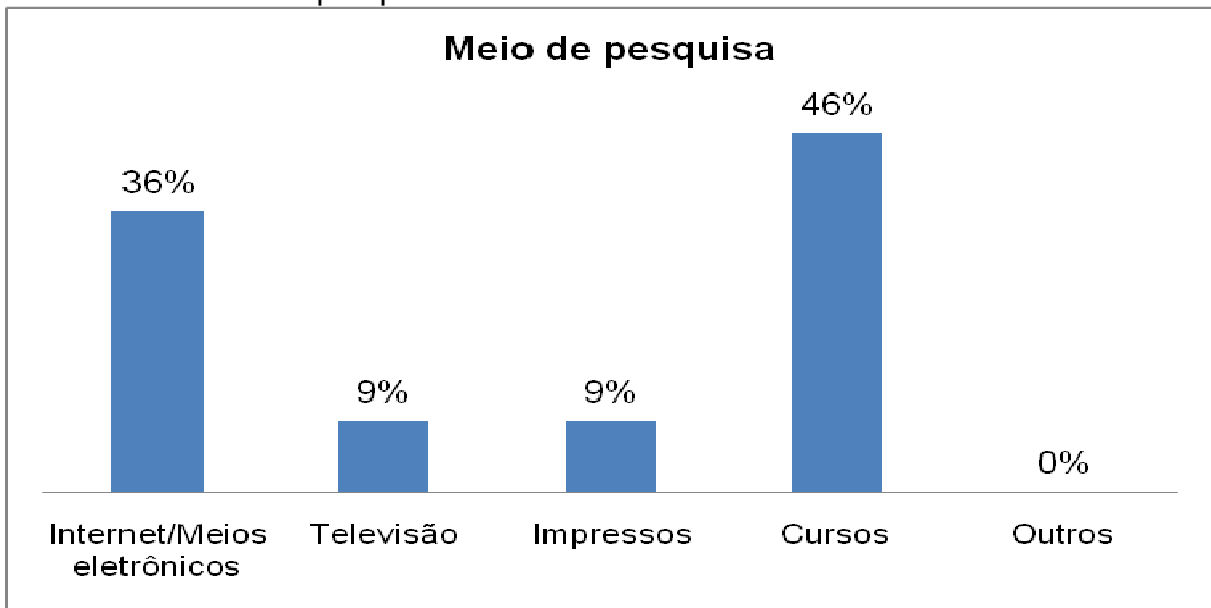


Fonte: Dados de pesquisa da autora (2016).

Constatou-se que 100% dos entrevistados, ou seja, os responsáveis das 7 empresas já se interagiram frente ao eSocial.

O gráfico 7 é uma continuação da pergunta anterior, quais foram os meios de pesquisas utilizados para interação frente ao eSocial?

Gráfico 7 – Meios de pesquisas utilizados

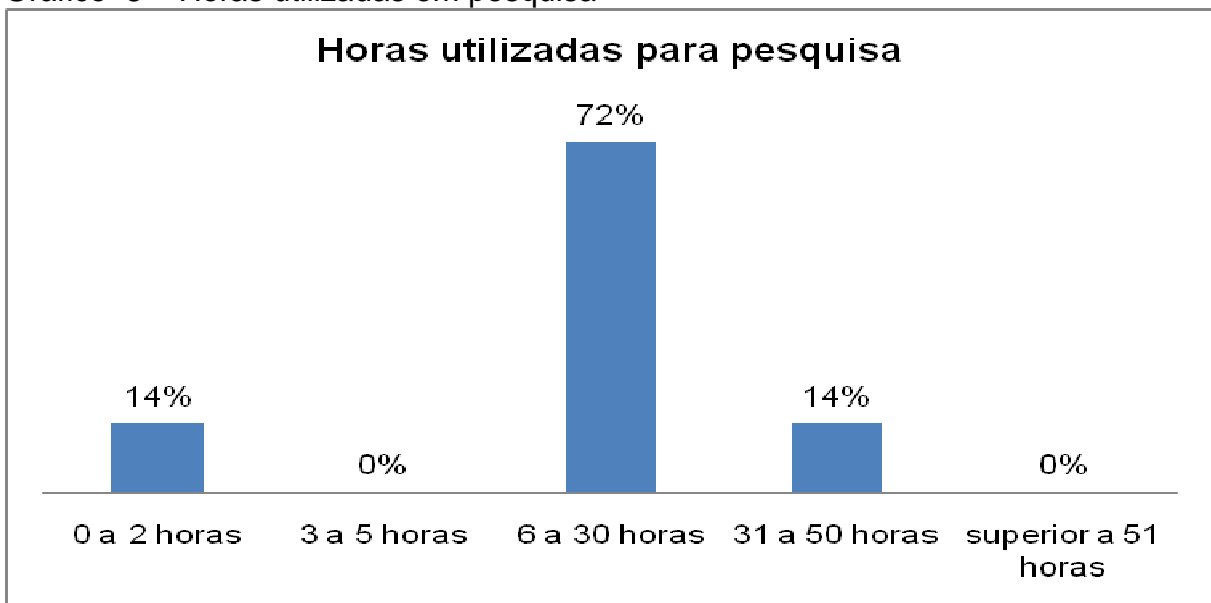


Fonte: Dados de pesquisa da autora (2016).

Na análise do gráfico 7 identificou-se que o meio de pesquisa mais utilizado é a participação de cursos com 46% dos participantes, já com 36% segue os meios eletrônicos de pesquisa, e ambos com 9% tem-se: Televisão e impressos.

No gráfico 8 o objetivo foi esclarecer quantas horas os entrevistados utilizaram na pesquisa do eSocial.

Gráfico 8 – Horas utilizadas em pesquisa



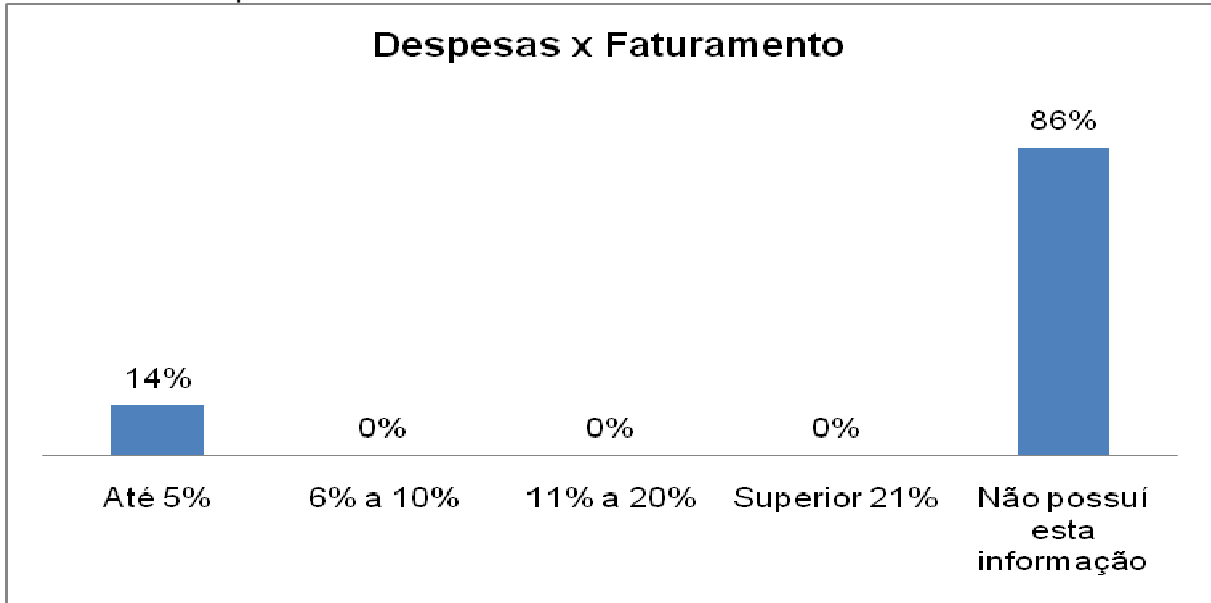
Fonte: Dados de pesquisa da autora (2016).

Diante do gráfico 8 analisou-se que a maioria dos participantes em 72%

utilizaram de 6 a 30 horas de pesquisa para o eSocial, sendo que 14% utilizaram 0 a 2 horas, e também 14% resultaram de 31 a 50 horas.

O objetivo do gráfico 9 é verificar se os participantes tem conhecimento do total de despesas que serão gastas com a implantação do eSocial versus o faturamento da empresa.

Gráfico 9 – Despesas com o eSocial versus faturamento



Fonte: Dados de pesquisa da autora (2016).

Neste questionamento tornou-se claro que a maioria dos entrevistados 86% não possuem essa informação, sendo que somente um participante, ou seja, 14% opnou na opção de até 5% sobre o faturamento de despesas na implantação do eSocial.

O gráfico 10 identifica na visão do entrevistados qual é o objetivo do governo com a implantação do eSocial.

Gráfico 10 – Objetivo do governo



Fonte: Dados de pesquisa da autora (2016).

Identificou-se nesta pergunta que as opiniões ficaram bem divididas entre os participantes, onde 29% dos participantes optaram por: Garantir o cumprimento das obrigações, Facilitar os meios de fiscalização e Melhorar a qualidade das informações prestadas.

Já opção Obter maior controle das informações trabalhistas apresentou-se como opção 13% dos entrevistados.

A finalidade do questionamento 11 é identificar se os entrevistados se julgam estar preparados para o início eSocial.

Gráfico 11 – Preparação dos participantes

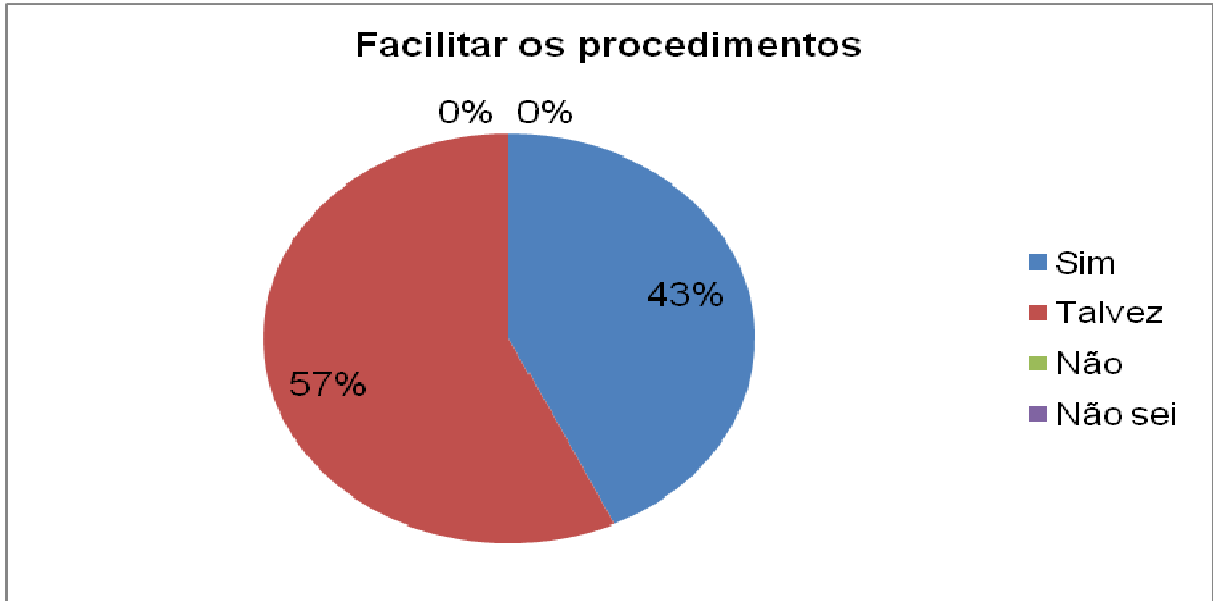


Fonte: Dados de pesquisa da autora (2016).

No gráfico 11 eram expostas as opções: Sim, Parcialmente, Não e Não sei. Verificou-se que todos os participantes optaram por Parcialmente, com 100%.

Diante do gráfico 12 foi efetuado a seguinte pergunta: Na sua opinião, após a implantação total, o eSocial irá facilitar o trabalho do contador?

Gráfico 12 – Facilidade do eSocial

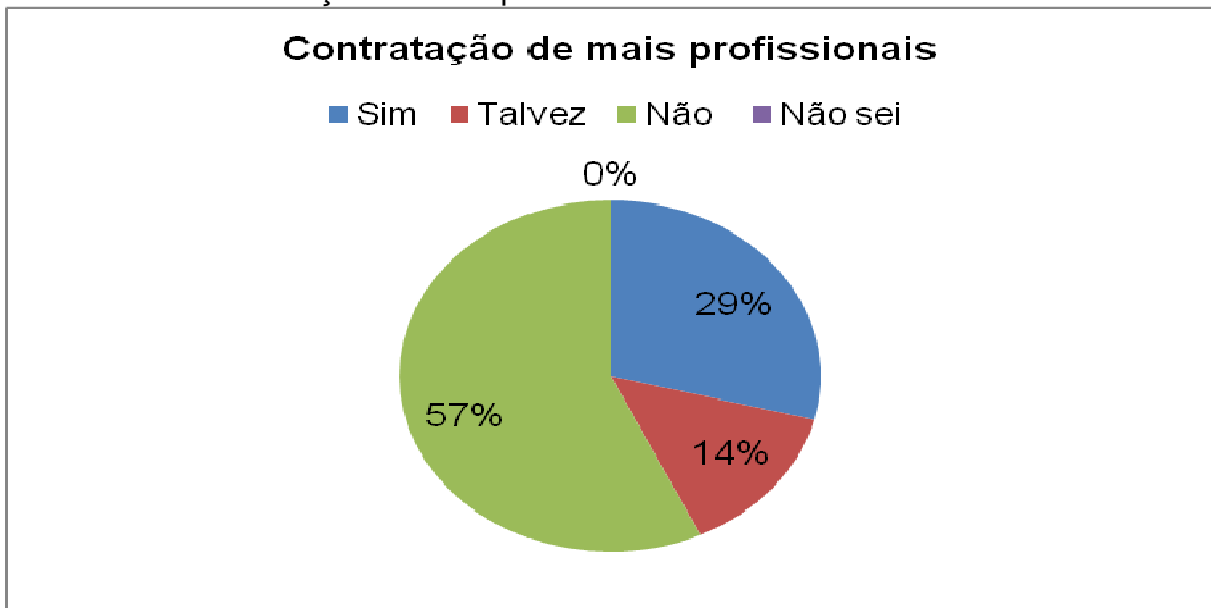


Fonte: Dados de pesquisa da autora (2016).

Após o questionamento é possível identificar uma opinião positiva, onde 57% acreditam que o eSocial talvez irá facilitar, e 43% indicam que sim irá facilitar.

O objetivo do questionamento 13 é entender se após a implantação será necessário contratar mais profissionais para o setor pessoal em virtude do eSocial.

Gráfico 13 – Contratação de mais profissionais

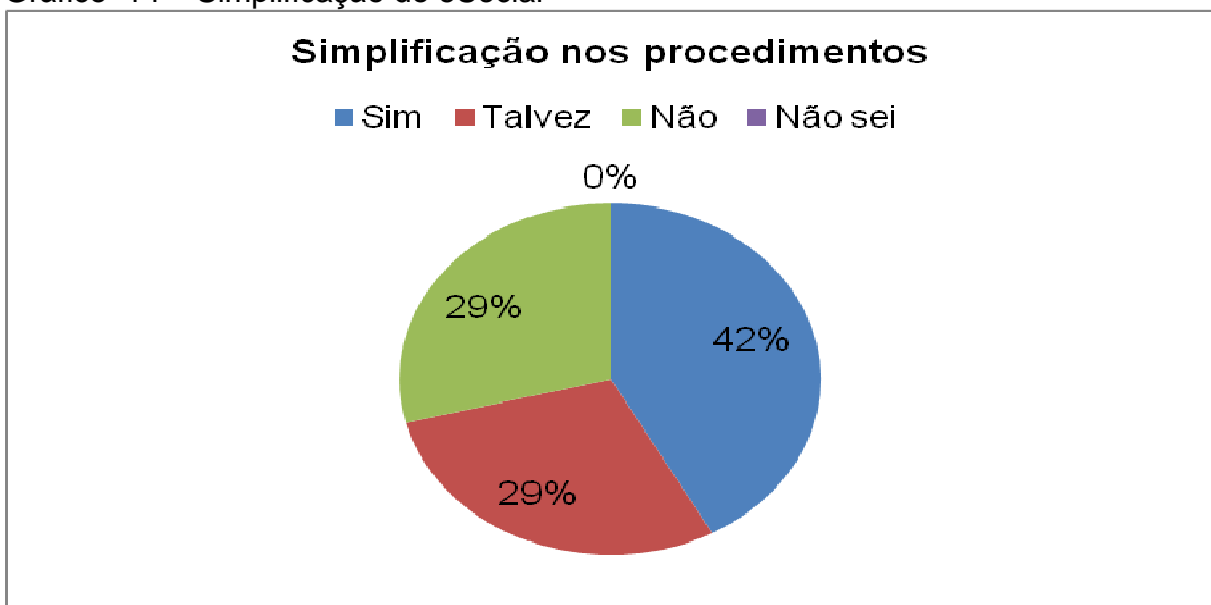


Fonte: Dados de pesquisa da autora (2016).

A princípio a maioria dos entrevistados em 57% acredita que não será necessária a contratação de mais profissionais para atuarem no setor pessoal. Já 29% dos participantes acreditam que haverá demanda para contratação de mais profissionais. Sendo que 14% citaram a opção talvez.

Diante do gráfico 14 foi efetuado a seguinte pergunta: Na sua opinião, após a implantação total, o eSocial irá simplificar os procedimentos operacionais do setor pessoal?

Gráfico 14 – Simplificação do eSocial

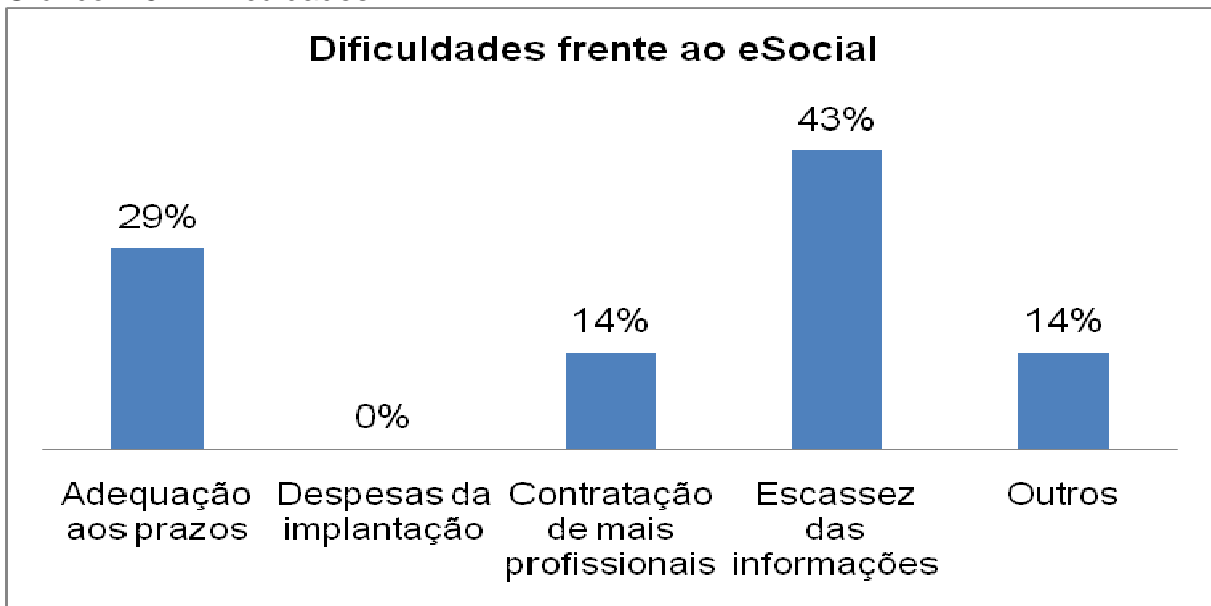


Fonte: Dados de pesquisa da autora (2016).

Nesta pergunta verificou-se uma divisão entre as opiniões dos participantes. Sendo que 42% citam que sim, o eSocial irá simplificar os procedimentos. Já 29% indicam que não irá simplificar. Por fim outros 29% preferiram a opção talvez.

O gráfico 15 demonstra o resultado do questionamento: Na sua opinião, quais serão as maiores dificuldades frente ao eSocial?

Gráfico 15 – Dificuldades



Fonte: Dados de pesquisa da autora (2016).

Identificou-se que 43% dos participantes optaram pela opção da escassez das informações de pesquisa do eSocial, 29% escolheram a opção de adequação aos prazos, 14% indicaram a contratação de mais profissionais no setor pessoal e outros 14% citaram outros.

Na questão 16 possibilitou-se que o participante descrevesse sua opinião frente ao eSocial de forma espontânea, onde obteve-se um retorno conforme abaixo: *“O eSocial depois do o processo de adaptação, se tornará rotina para todos nós, até mesmo porque apenas nos “obrigará” a cumprir, aquilo que já estamos cumprindo atualmente, mudando apenas o fato de ao invés de enviarmos as informações mensais e anuais, para que seja enviado diariamente, sempre que ocorrer alguma movimentação trabalhista na empresa.”*

4.4 ANÁLISE GERAL DA PESQUISA

Por meio do questionário foi possível identificar que da amostra realizada a maior parte dos responsáveis pelas informações trabalhistas são do sexo feminino. Verificou-se que é predominante os entrevistados graduados bacháreis, com função de analista técnico, onde o nível de experiência mais selecionado é de até 5 anos.

Nas empresas entrevistadas constatou-se que possuem um número variado de colaboradores, sendo que as opções mais votadas são de 16 a 30 empregados e acima de 60 empregados.

Ao questionar os participantes se já efetuaram interação com o eSocial verificou-se que 100% responderam que sim, analisando que o meio de interação mais utilizado foi a participação em cursos. Analisou-se que 76% dos entrevistados utilizaram de 6 a 30 horas para interação com o eSocial.

Apurou-se que 86% dos entrevistados não possui a informação de qual percentual sobre o faturamento da empresa será gasto com a preparação e implantação do eSocial.

Quanto aos objetivos do governo com a implantação do eSocial foram escolhidas: Garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias por parte das empresas, facilitar os meios de fiscalização para os órgãos públicos e melhorar a qualidade das informações prestadas pelos empregadores a fim de cruzar a confiabilidade dos dados.

Identificou-se que os participantes julgam-se parcialmente preparados para o processo de implantação do eSocial, onde 57% entendem que talvez o eSocial virá a facilitar os procedimentos do setor pessoal e que não será necessária contratação de mais profissionais para atuarem no setor pessoal. Por fim 43% dos participantes defenderam que a maior dificuldade frente ao eSocial é a escassez de informações e meios de pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este presente trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa que obteve como princípio a tecnologia da informação na área contábil cujos objetivos foram apresentar uma abordagem geral sobre a Escrituração Fiscal Digital Social - eSocial na opinião dos empregadores do setor metal-mecânico do distrito de Caravaggio localizado em Nova Veneza, estado Santa Catarina.

O informativo chamado eSocial é uma nova obrigação criada pelo governo para substituir os informativos já existentes, sendo que um de seus objetivos é facilitar o meio de informações para órgãos governamentais diferentes: Receita Federal, Previdência Social, Caixa Econômica Federal e Ministério do Trabalho.

Com essa inovação o governo ressalta que não existirá alterações na legislação trabalhista vigente, somente a forma de envio dos dados será por meio de um novo portal, mais moderno e eficaz a fim de garantir os direitos trabalhistas e previdenciários, bem como melhorar a qualidade das informações prestadas concluindo que desta forma irá obter maior controle sobre os dados dos contribuintes.

Entende-se que mudança de informativos governamentais pode acarretar dúvidas por parte dos usuários que serão responsáveis pelo envio das informações, portanto o objetivo do trabalho foi verificar qual é a visão dos empregadores sobre o eSocial. Para obter os objetivos específicos foi realizada uma pesquisa por meio de questionário com dezesseis perguntas afim de analisar os pontos fortes, fracos e as opiniões em comum dos participantes.

O questionário foi aplicado em empresas com características diferentes, por exemplo, número de empregados, regime tributário, justamente para evidenciar as incertezas dos profissionais de pequenas e grandes empresas já que o eSocial não isenta nenhuma empresa de sua obrigatoriedade.

Por meio dos resultados obtidos da pesquisa verificou-se que os entrevistados não estão preparados para a implantação do eSocial. Foi possível chegar neste ponto fraco pois constatou-se que os participantes possuem pouca informação de planejamento, como: projeção de despesas, atualização de sistemas de informação, contratação de profissionais e também a adequação aos prazos exigidos.

Para justificar a falta de planejamento de implantação pode-se utilizar a resposta da pergunta 15 onde os entrevistados acreditam que a maior dificuldade frente ao eSocial é a escassez das informações. Pode-se concordar com essa opinião pois na própria confecção deste trabalho houve a mesma dificuldade indicada pelos entrevistados. Como citado por meio da pergunta 7 o meio de pesquisa mais utilizado é participando de cursos onde é possível explicar as dúvidas com mais clareza.

O ponto forte encontrado por meio da pesquisa foi que os participantes acreditam que realmente após esse processo de implantação e adequação aos prazos o eSocial irá trazer vantagens para as empresas pois irá facilitar os procedimentos operacionais do setor pessoal sendo que haverá redução dos informativos já existentes obtendo redução do tempo empregado na transmissão.

Outro tópico a ser destacado é que maioria dos participantes julga que não será necessário a contratação de mais profissionais para atuação no setor pessoal, portanto entende-se que não irá aumentar as despesas com folha de pagamento da empresa devido ao eSocial.

Conclui-se então que a implantação do eSocial é um tempo de mudança cultural dentro da empresa, de adaptação aos prazos exigidos, controle dos documentos e de treinamentos. Portanto a empresa que estará mais preparada para o processo de implantação e operacionalização do eSocial será aquela que obter maiores fontes de informação e planejamento.

REFERÊNCIAS

ALBANES, Valdemir João. **Vantagens e desvantagens do eSocial**. Disponível em: <<http://www.contabeis.com.br/noticias/12943/vantagens-e-desvantagens-do-esocial/>>. Acesso em: 24.out.2015.

BRASIL, Medida provisória n. 2200-2 de 24 de Agosto de 2001. **Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências**. Brasília, 2001a.

BRASIL, Emenda constitucional n. 42, de 19 de Dezembro de 2003. **Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências**. Brasília, 2003b.

BRASIL, Decreto-lei n. 6022, de 22 de Janeiro de 2007. **Institui o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped**. Brasília, 2007c.

BRASIL, Instrução normativa n. 787, de 19 de Novembro de 2007. **Institui a Escrituração Contábil Digital**. Brasília, 2007d.

BRASIL, Decreto-lei n. 12546, de 14 de Dezembro de 2011. **Altera a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas**. Brasília, 2011e.

BRASIL, Instrução normativa n. 1420, de 19 de Dezembro de 2013. **Dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital (ECD)**. Brasília, 2013f.

BRASIL, Decreto-lei n. 8373, de 11 de Dezembro de 2014. **Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e dá outras providências**. Brasília, 2014g.

BRASIL, Lei complementar n. 150, de 1 de Junho de 2015. **Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico**. Brasília, 2015h.

BRASIL, **Manual normativo de arquivos digitais – Manad**. 2015i. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/Previdencia/MANAD/ManualNormativodeArquivosDigitaisV_1002%E2%80%93MANAD.pdf>. Acesso em: 25 out. 2015.

CARVALHO, Zenaide. **Cartilha informativa do eSocial**. Disponível em: <<http://info.zenaidecarvalho.com.br/cartilhaesocial>>. Acesso em: 25.out.2015.

CARVALHO, Zenaide. **Seminário online 2015: Como implantar o eSocial?**. Disponível em: <<http://cprb.gmembers.com.br/painel-do-aluno/conteudo/bem-vindo-ao-seminario-online-sobre-o-esocial/>>. Acesso em: 03.abr.2016.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2005. 229 p.

C.GURGEL, Ana Olimpia; OLIVEIRA, Enildo. **RH positivo: novo mundo do trabalho**. 1 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004. 511 p.

COSTA, Rosânia de Lima. **Rotinas trabalhistas: departamento pessoal modelo de A a Z**. 4. ed. São Paulo: Cenofisco, 2011. 468 p.

GIL, Antonio de Loureiro. **Sistemas de informações contábil/financeiro**. São Paulo: Atlas, 1992.

GUIMARÃES, Marcelo Wanderley. **O eSocial e a igualdade de direitos trabalhistas**. Disponível. Gazeta do povo. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-direito/o-e-social-e-a-igualdade-de-direitos-trabalhistas-eiuw31eja0t4hnr09qfvz0wge>>. Acesso em: 19.ago.2015.

MANUAL OFICIAL DO ESOCIAL, **Manual de orientações ao eSocial versão 1.1**. Disponível em: <http://www.esocial.gov.br/doc/MOS_V_1_1_Publicacao.pdf>. Acesso em: 25 out. 2015.

MULLER, Aderbal N.; PILAS, Rafaela; KIDO, Viviane. **Manual da nota fiscal eletrônica**. 1. ed. Curitiba: Jurua, 2008. 174 p.

NARDON FILHO, Arthur. **Da escrituração manual ao SPED – CRCRS em 2010**. Disponível em: http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_sped.pdf. Acesso em: 02.Abr.2016.

PACHECO FILHO, José; KRUGER, Samuel. **eSocial modernidade na prestação de informações ao governo federal**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 369 p.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

PASSOS, Gustavo Rique Pinto. **Sped – Sistema público de escrituração digital: um novo paradigma em termos de conformidade tributária**. 2010, dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Fundação escola de comércio álvaes penteado, São Paulo.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT**. Disponível em: < <http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/todos-os-servicos/comunicacao-de-acidente-de-trabalho/>>. Acesso em: 24.out.2015.

OLIVEIRA, Aristeu. **eSocial sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas: manual prático**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2014. 424 p.

OLIVEIRA, Célio Roberto I.; VASCONCELOS, Mércia Fernandes. **Importância da participação do contador no processo de implantação de Sistemas Integrados de Gestão:um estudo de caso**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, n 154, Jul./ago. 2005, p. 65-76

OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de. **Sistemas de Informação: um enfoque inserido no contexto empresarial e tecnológico**. 1 ed. São Paulo: Érica, 2000.

RECEITA DA FAZENDA BRASILEIRA. **Sítio SPED**. Disponível em: < <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/> >. Acesso em: 24.maio.2015.

SAMPARI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandes; LUCIO, María Del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre, 2013.

STAIR, Ralph M. **Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial**. 2. ed. Rio de Janeiro: LCT, 1998.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIOS APLICADO NA PESQUISA**Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC****Pesquisa de Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências****Contábeis****Acadêmica:** Poliana Dondossola Warmling**Orientador:** Adilson Pagani Ramos**QUESTIONÁRIO**

1- QUAL SEU GENÊRO?

- () Masculino;
- () Feminino;

2- QUAL A SUA FORMAÇÃO ACADÊMICA?

- () Técnico;
- () Bacharel;
- () Especialista;
- () Mestre;
- () Outros;

3- QUANTO TEMPO DE EXPERIÊNCIA VOCÊ POSSUI NA ÁREA DE CONTABILIDADE/SETOR PESSOAL?

- () 0 a 5 anos;
- () 6 a 10 anos;
- () 11 a 15 anos;
- () superior a 16 anos;

4- QUAL FUNÇÃO VOCÊ DESEMPENHA NA EMPRESA?

- () Analista técnico;
- () Contador;
- () Coordenador/Supervisor;
- () Diretor;
- () Sócio gerente;
- () Outros;

5- QUANTOS EMPREGADOS A EMPRESA POSSUI?

- () 1 a 15 empregados;
- () 16 à 30 empregados;
- () 31 à 45 empregados;
- () 46 à 60 empregados;
- () acima de 60 empregados;

6- VOCÊ JÁ SE INTERIOU SOBRE O ESOCIAL?

- () Sim;
- () Não;

7- SE A RESPOSTA ANTERIOR FOR SIM, QUAL FOI O MEIO DE PESQUISA UTILIZADO?

- Internet/Meios eletrônicos;
- Televisão;
- Impressos (Jornal/Revista/Livros);
- Cursos;
- Outros;

8- QUANTAS HORAS FORAM UTILIZADAS PARA TAL PESQUISA/PREPARAÇÃO?

- 0 a 2 horas;
- 3 a 5 horas;
- 6 a 30 horas;
- 31 a 50 horas;
- superior a 51 horas;

9- QUAL A PROJEÇÃO DE DESPESAS DA EMPRESA COM PREPARAÇÃO PARA O ESOCIAL? (VS FATURAMENTO/MÊS)

- Até 5%;
- 6% a 10%;
- 11% a 20%;
- Superior à 20%;
- Não possuímos esta informação;

10- EM SUA OPINIÃO, QUAL É O PRINCIPAL OBJETIVO DO GOVERNO COM A IMPLANTAÇÃO DO ESOCIAL?

- Garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias por parte das empresas;
- Facilitar os meios de fiscalização para os órgãos públicos;
- Obter maior controle das informações trabalhistas e previdenciárias dos trabalhadores;
- Melhorar a qualidade das informações prestadas pelos empregadores a fim de cruzar a confiabilidade dos dados;

11- EM SUA OPINIÃO OS EMPRESÁRIOS, CONTADORES, RESPONSÁVEIS PELO SETOR PESSOAL ESTÃO PREPARADOS PARA O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO ESOCIAL?

- Sim;
- Parcialmente;
- Não;
- Não sei;

12- EM SUA OPINIÃO, APÓS IMPLANTAÇÃO TOTAL, O ESOCIAL IRÁ FACILITAR O TRABALHO DOS CONTADORES E PROFÍSSIONAIS DO SETOR PESSOAL?

- Sim;
- Talvez;
- Não;
- Não sei;

13- EM SUA OPINIÃO, APÓS IMPLANTAÇÃO TOTAL, SERÁ NECESSÁRIA A CONTRATAÇÃO DE MAIS PROFISSIONAIS PARA ATUAREM NO SETOR PESSOAL DA SUA EMPRESA?

- Sim;
- Talvez;
- Não;
- Não sei;

14- EM SUA OPINIÃO, APÓS A IMPLANTAÇÃO TOTAL, O ESOCIAL IRÁ SIMPLIFICAR OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DO SETOR PESSOAL?

- Sim;
- Talvez;
- Não;
- Não sei;

15- EM SUA OPINIÃO, QUAIS SERÃO AS MAIORES DIFICULDADES DOS EMPREGADORES FRENTE AO ESOCIAL?

- A adequação aos prazos, coleta de informações e de envio dos dados em tempo ágil;
- As despesas empregadas para preparação e implantação do eSocial;
- Contratação de mais profissionais no setor pessoal;
- A escassez de informações frente ao eSocial;
- Outros;

16- SE DESEJAR DESCREVA SUA OPINIÃO SOBRE O ESOCIAL:
